



Relatório da Administração e de Sustentabilidade

2019

 **cigás** Companhia de
Gás do Amazonas



 **cigás**
Companhia de
Gás do Amazonas



Relatório da Administração
e de Sustentabilidade

2019



cigás

Companhia de
Gás do Amazonas

FICHA INSTITUCIONAL

Governo do Estado do Amazonas
Companhia de Gás do Amazonas

Governador de Estado

Wilson Miranda Lima

Assembleia Geral dos Acionistas

Conselho de Administração 2019

Samuel Assayag Hanan (Presidente)

Hermano Darwin Vasconcellos Mattos (Vice-Presidente)

René Levy Aguiar

Luís Antônio de Mello Awazu

Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos

André de Santa Maria Bindá

André Gustavo Lins Macêdo

Diretoria Executiva

Diretoria-Presidência

René Levy Aguiar

Diretoria Administrativa-Financeira

José Ricardo dos Santos Neto

Diretoria Técnico-Comercial

Clovis Correia Junior

FICHA TÉCNICA

Realização

Conselho de Administração

Diretoria Executiva

Expediente

Coordenação Geral

Gerência de Planejamento

Pré-edição, colaboração e apoio editorial

Coordenadoria de Comunicação

Fotografias

Acervo Cigás

Apoio técnico

Gerências, Coordenadorias e Assessorias da Cigás

Edição e finalização

Porto Agência

Relatório Anual de Administração e Sustentabilidade - 2019

Informação pública 2019

Cigás All Rights Reserved

Sumário

Qualidade, confiabilidade e vocação para o desenvolvimento	6
Mensagem da Diretoria Executiva	7
A Cigás	9
Conceitos estratégicos	10
Nossa Trajetória	12
Onde o gás natural está presente.....	14
Onde Estamos.....	16
Governança Corporativa	20
Um ano de recordes	29
Destaques 2019.....	30
Mercado industrial segue crescendo	32
Gás Natural Veicular incentivado	34
Crescimento no mercado do varejo	36
Fazendo parte da residência do manauara	38
Energia elétrica que nasce do gás	40
O que dizem nossos clientes?	42
Práticas na gestão que garantem resultados	45
Planejamento Estratégico.....	46
Parceria de excelência.....	47
Ferramentas de Gestão	48
Investimento em pessoas	50
Eventos Realizados.....	52
Performance nas operações	55
Operação e Manutenção.....	56
Segurança do Trabalho.....	58
Campanhas de sensibilização interna	60
Meio Ambiente e Responsabilidade Social	63
Gás natural melhora qualidade do ar.....	64
Comunicação e transparência	67
Responsabilidade Social	70
Incentivadora de boas práticas	73
Demonstrações Financeiras	77



Samuel Assayag Hanan
Presidente do Conselho de Administração

Qualidade, confiabilidade e vocação para o desenvolvimento

Há nove anos, a Cigás está em operação no Amazonas, comercializando e distribuindo o gás natural a diferentes cadeias produtivas, embasada por um sólido planejamento estratégico. Quase uma década de muito trabalho, resultados alcançados e metas superadas! E não se trata de uma atuação simples. Um serviço público com gás natural canalizado requer padrão de qualidade e eficiência acima da média.

Comprometida com a sociedade, clientes e meio ambiente, a Cigás acredita nos valores que estabeleceu nesta empreitada. Nosso capital humano, principal atributo da empresa, torna estável o padrão de qualidade. Resultado de um trabalho em equipe voltado à singularidade de cada parte interessada, com foco em qualidade para garantir confiabilidade no produto gás natural e no fornecimento.

Compreendemos que fornecemos muito mais que um insumo. O gás natural é economia e desenvolvimento para negócios de diferentes segmentos. Uma nova matriz energética que influencia diretamente na ampliação e garantia da competitividade para as empresas

do Polo Industrial de Manaus, e, ainda, tem a vocação para o desenvolvimento de novos polos econômicos para a nossa região.

Em 2019, a Cigás levou esse desenvolvimento ao varejo. O gás canalizado chegou a mais de 2.225 unidades habitacionais e a diversos comércios, sempre buscando mitigar os eventuais transtornos que obras dessa magnitude trazem, com trabalhos em horários de baixo fluxo e menor impacto possível às vias envolvidas, por meio da construção pelo método não destrutivo. Os motoristas também foram beneficiados, desta vez com um incentivo de R\$ 4 mil, através da Campanha 'Faça a Conta. Use GNV'; iniciada em setembro.

Com a mesma energia, os próximos anos serão desafios ainda maiores. O planejamento vislumbra a ampliação da nossa rede em menor intervalo de tempo, com uma nova estrutura para o atendimento massivo de residências, comércios e indústrias em Manaus. Um trabalho planejado e com qualidade para manter na rota do gás natural a população do Estado do Amazonas.

Mensagem da Diretoria Executiva

A década que vai chegando ao fim foi marcada pela gradual mudança da matriz energética no Amazonas. Alinhada com o Governo do Estado, a Cigás teve mais um ano de plena expansão. Novas obras, novos clientes e aumento do uso do gás natural, sobretudo na capital Manaus. A ligação da rede de distribuição a novos empreendimentos reflete um compromisso permanente com o desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado.

O foco, dos primeiros meses de 2019, esteve voltado às obras no bairro Parque Dez de Novembro, zona Centro-Sul, onde comércios e condomínios residenciais já são atendidos pela rede de gás natural, assim como acontece no conjunto Vieir Alves.

Em maior escala, o atendimento às termoelétricas do Estado também faz a diferença na vida do amazonense. Isso porque o Amazonas foi o segundo estado do Brasil que mais utilizou gás natural em termoelétricas, atrás apenas do Rio de Janeiro, principal produtor do combustível. No total, são 14 termoelétricas contratadas, sendo sete em Manaus e sete no interior. A queima mensal de 70 mil litros de combustíveis mais poluentes em termoelétricas deu lugar a um consumo com menos emissões de gases poluentes. É o gás natural melhorando a qualidade do ar amazonense.

Aos motoristas, um novo incentivo: a Campanha 'Faça a conta. Use GNV!', iniciada em setembro de 2019, premia com R\$ 4 mil novos condutores com kit GNV, impulsionando um insumo que representa uma economia direta para profissionais que atuam no volante. Nos primeiros meses de campanha, o resultado se mostrou imediato: aumento de 6% no volume consumido em dezembro de 2019 frente a setembro do mesmo ano.

Por fim, a Cigás segue nas ruas para levar o gás natural a novos negócios. No total, foram mais de 16 quilômetros de rede de distribuição em Manaus no período, totalizando 131 em dezembro de 2019. Resultado de um investimento de aproximadamente R\$ 18,6 milhões. A consequência do crescimento foi a contratação de 1.325 unidades consumidoras só no ano de 2019. Novas aquisições que levaram o volume comercializado de gás natural a atingir o recorde em novembro, aumentando em 26% em relação ao mesmo período de 2018.

Em 2020, a Cigás celebra 10 anos de operações comerciais com motivos de sobra para comemorar. Com obediência às normas e norteada por um planejamento estratégico reconhecido, a Companhia segue seu rumo mantendo o padrão de qualidade, levando os benefícios do gás natural a mais amazonenses. Encerramos um ciclo com a certeza de que estamos prontos para os próximos.



José Ricardo dos Santos Neto
Diretor Administrativo-Financeiro



René Levy Aguiar
Diretor-Presidente



Clovis Correia Jr.
Diretor Técnico-Comercial



1

A Cigás



Cigás

Conceitos estratégicos



Missão

Promover soluções energéticas, a partir do gás natural, agregando valor aos clientes, colaboradores e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.



Visão

Atender a toda demanda de gás natural do segmento termolétrico e aumentar o volume comercializado no segmento não termoelétrico em 40% até 2023.



Valores

- criatividade e inovação em processos;
- foco no resultado;
- preservação da vida e do meio ambiente;
- satisfação do cliente;
- transparência.





Nossa Trajetória





Implantação do portal Canal Cliente
Início do Programa de Incentivo ao GNV



Mais de mil unidades consumidoras contratadas.



2014

2015

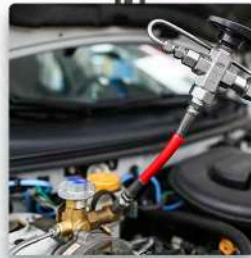
2016 - 2017

2018

2019

Prêmio PAEX de reconhecimento de desempenho - Fundação Dom Cabral (FDC)

Certificação da ISO 9001:2008



Certificação Ambiental 14001/2015
Recertificação da ISO 9001/2015

Início da construção de gasoduto para atendimento aos segmentos comercial e residencial



Lançamento do Programa de Incentivo ao GNV: Campanha Faça a Conta. Use GNV

Início da operação da Usina Termoelétrica em Coari (AM)

Implantação do Comitê de Compliance

Onde o gás natural está presente



Segmento Termoelétrico

Utilizado para a geração de energia elétrica em usinas, o gás natural já está disponível para 14 unidades, distribuídas nos municípios de Coari, Codajás, Caapiranga, Anamã, Anori, Manacapuru e Iranduba, além da capital, Manaus, onde mais de 60% da energia elétrica já é gerada a partir da queima do combustível.



Segmento Comercial

Em Manaus, o gás natural já faz parte da rotina de 121 estabelecimentos, entre shoppings, academias, lavanderias, restaurantes, padarias. No segmento, ele é destinado à utilização em fogões, fornos, secadoras, aquecedores, refrigeração, geradores de energia elétrica, dentre outros equipamentos a gás.



Segmento Veicular

Para os veículos, o gás natural representa economia e eficiência. Utilizado como substituto de outros combustíveis, o gás natural pode reduzir os custos com abastecimento em até 40%. O gás natural está disponível para 06 postos de abastecimento.



Segmento Industrial

Essencial em diversos processos produtivos, o combustível é empregado na produção de vapor, calor, frio, geração de energia e é uma ótima alternativa para processos que envolvam precisão de temperatura. No fim de 2019, 55 indústrias já optavam pelos inúmeros benefícios do gás natural.



Segmento Residencial

Em residências, o gás natural pode ser utilizado em fogões, fornos, aquecedores, churrasqueiras, geração de energia, dentre outros usos. Em Manaus, 2.225 residências já contam com a comodidade do combustível.

ONDE ESTAMOS

MAPA DA REDE





COMERCIAL
Shopping Ponta Negra



INDUSTRIAL
Distrito Industrial de Manaus



LEGENDA

-  Rede existente
-  Rede em expansão



A Cigás tem o compromisso de promover soluções energéticas, a partir do gás natural, agregando valor aos clientes, colaboradores e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Amazonas, como tem feito há quase 10 anos.

Nossa missão leva em conta a criatividade e inovação em processos, foco no resultado, preservação da vida e do meio ambiente, satisfação do cliente e transparência.

Governança Corporativa

Criada pela Lei Estadual nº 2.325, de 08 de maio de 1995, a Cigás possui autonomia administrativa e financeira, sendo regida pela Constituição do Estado do Amazonas, pelas legislações aplicáveis e por meio do seu Estatuto Social.

Em 2019, o Estatuto Social foi atualizado para adequação da nova estrutura organizacional da Companhia às novas necessidades legais. Para a Cigás, o fortalecimento das práticas fundadas na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa é fundamental para o alcance de bons resultados.

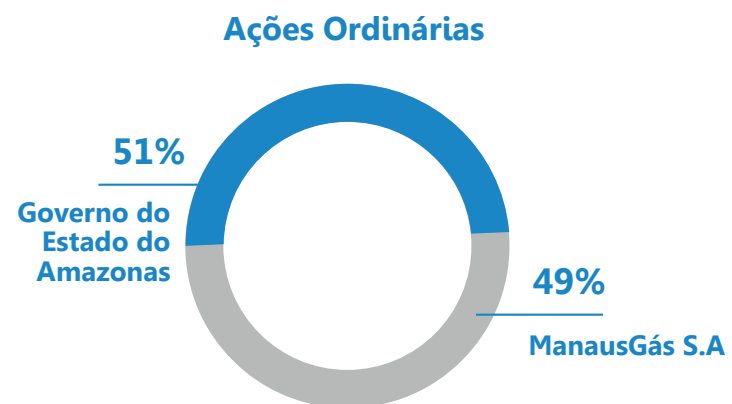
Com isso, foram criadas as áreas de Governança Corporativa e Controle Interno com o objetivo de oferecer suporte ao desenvolvimento de ações que promovam a transparência.

Estrutura da governança na Cigás

Assembleia Geral

Órgão máximo da Companhia, a Assembleia Geral é composta pelos acionistas, com direito de voto, por meio de representantes legais devidamente constituídos na forma da lei e do Estatuto Social.

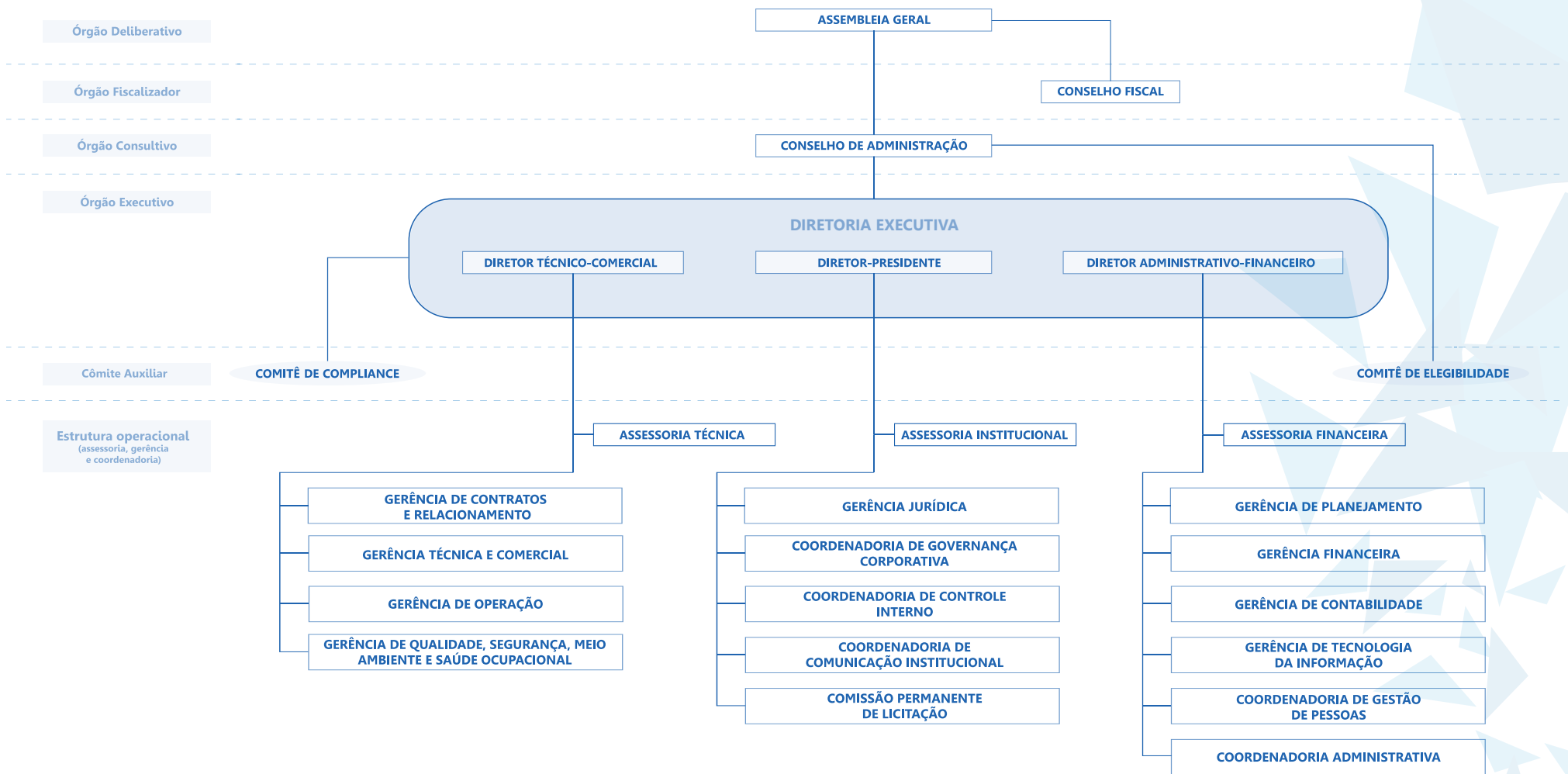
Composição dos acionistas



Estrutura organizacional



ORGANOGRAMA



Conselhos

A Cigás conta com Conselhos de Administração e Fiscal, sendo as nomeações e eleições de Conselheiros realizadas, inclusive em caso de recondução, com base em requisitos de elegibilidade conferidos por Comitê apropriado, nos termos da legislação vigente.

Administração

O Conselho de Administração teve sua composição alterada em 2019, aumentando-se o número de membros para sete Conselheiros, dos quais quatro indicados pelo acionista público, e três indicados pelo acionista privado, sendo todos eleitos por meio de Assembleia Geral dos acionistas.

Composição do Conselho de Administração em 2019

CARGO	NOME	ACIONISTA
Presidente	Samuel Assayag Hanan	Governo do Estado
Vice-Presidente	Hermano Darwin Vasconcellos Mattos	Manausgás S/A
Titular	René Levy Aguiar	Governo do Estado
Titular	Edson Fernandes Junior	Governo do Estado
Titular	Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos	Governo do Estado
Titular	André de Santa Maria Bindá	Governo do Estado
Titular	André Gustavo Lins Macêdo	Manausgás S/A
Titular	Luís Antônio de Mello Awazu	Manausgás S/A

Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por três membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo um indicado pelo acionista público, devendo ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública e dois indicados pelo acionista privado. Os mandatos são de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções.

Composição do Conselho Fiscal em 2019

CARGO	NOME	ACIONISTA
Membro Titular	Heloyza Simonetti Teixeira	Governo do Estado
Suplente	Marcelino Cleyton de Andrade Silva	Governo do Estado
Membro Titular	André Gustavo Lins Macedo	Manausgás S/A
Membro Titular	Paulo de Andrade Lima Filho	Manausgás S/A
Suplente	Willian Calixto de Assis	Manausgás S/A
Membro Titular	Viviane Vieira de Souza	Manausgás S/A
Suplente	Ana Gladss Veras Silva Amorim	Manausgás S/A

Diretoria

No nível executivo, a Cigás conta com três diretorias, sendo as deliberações por voto afirmativo de todos os três membros, incentivando-se o debate das matérias propostas e a busca pela melhor solução aos interesses da Companhia. Os mandatos têm gestão unificada de dois anos, sendo permitidas três reconduções.

Composição da Diretoria Executiva em 2019

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente	René Levy Aguiar
Diretor Administrativo-Financeiro	José Ricardo dos Santos Neto
Diretor Técnico-Comercial	Clovis Correia Junior

Comitês Auxiliares

Em 2019, a Cigás implantou os Comitês Auxiliares, órgãos estatutários, cuja instituição, constituição, composição e demais regimentos são definidos pelo Regimento Interno da Companhia. São eles: Comitê de Compliance e Comitê de Elegibilidade.

Comitê de Compliance

Um marco para a gestão da Companhia em 2019 foi a implantação do Comitê de Compliance, que visa garantir a conformidade com a lei e os regulamentos correspondentes, promovendo maior segurança e transparência na sua execução.

O comitê tem por objetivo promover a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos, gestão de integridade e conformidade com normas aplicáveis à Companhia.



Competências do Comitê

Implantar e monitorar as atividades previstas no Plano de Trabalho do programa;

Promover a ampla divulgação do Código de Conduta, Ética e Integridade, bem como os canais de denúncia;

Implementar e manter processos e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança, previstos nas Leis nº 13.303/2016 e 12.846/2013;

Propor políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, promovendo e incentivando a sua aplicação na Companhia;

Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos que podem comprometer o desenvolvimento das atividades da Companhia;

Emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, bem como a promoção de soluções para melhoria do desempenho institucional;

Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê;

Dar imediato conhecimento à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração de todas as situações que ocasionem riscos de comprometimento à conformidade ou integridade da Companhia.

Ouvidoria

A Cigás conta com uma Ouvidoria que permite uma aproximação democrática e transparente, com o objetivo de viabilizar a solução de conflitos entre colaboradores, clientes, prestadores de serviço, agências reguladoras, órgãos públicos, empresas privadas e público em geral.

O Portal da Ouvidoria da Cigás foi projetado e desenvolvido em consonância com as melhores práticas do mercado, garantindo confidencialidade, independência e isenção, anonimato e sigilo absolutos.

Atualmente, a Ouvidoria da Cigás é regida por norma interna, que se encontra implementada e registrada no Sistema de Gestão Integrada, em que se estabelece a sistemática de controle e atuação.

Controle Interno

Outro destaque importante foi a criação da Coordenação de Controle Interno, mais um avanço na gestão da Companhia, que passa a contar com mais instrumentos de fiscalização de seus processos, visando a melhoria e legalidade dos atos administrativos, com ênfase na prevenção de erros, fraudes e desperdícios.

A Coordenação foi criada por meio da Portaria n. 05, de 03 de junho de 2019, que designa responsável com competência e autonomia para empreender, no âmbito da Entidade, todos os atos de gestão necessários ao levantamento de informações. Além disso, também designa o estabelecimento de ferramentas que levem à construção de um conjunto de políticas e procedimentos para garantir certeza na obtenção dos resultados acordados e a promoção de atos com maior eficiência, transparência, probidade e legitimidade.



100% de processos
auditados





2

Um ano de recordes



Destques 2019

VOLUME COMERCIALIZADO

4.628 mil m³/dia
(média 2019)

RECORDE DE FORNECIMENTO

5.517 mil m³
em 13/11/2019

TOTAL DE CLIENTES

Mais de 2,4 mil
unidades de consumo

131 KM DE REDE CONSTRUÍDOS

até dezembro de 2019

INVESTIMENTOS REALIZADOS 17,1 milhões

de janeiro a dezembro de 2019



CAMPANHA FAÇA A CONTA. USE GNV!

Concessão de benefício no valor de R\$ 4.000,00 como incentivo à conversão de veículos para usar GNV.



MAIOR TRANSPARÊNCIA

Iniciativas e ações voltadas para garantia do cumprimento de normas e políticas da empresa, visando maior transparência na gestão da Companhia, incluindo a implantação do Comitê de Compliance

Mais consumo, mais volume comercializado

Em 2019, o consumo de gás natural no estado cresceu 18% em comparação ao ano anterior, atingindo o volume de 4.628 m³/dia. Em 13 de novembro, a Cigás alcançou o patamar de 5.517 m³, volume máximo comercializado pela Companhia desde o início das suas operações, em 2010.

O crescimento foi impulsionado principalmente pelo segmento termoeletrico, a partir do aumento no consumo na Usina Termoeletrica Mauá 3, e o início da operação, em fevereiro, da nova Usina Termoeletrica no município de Coari (AM).

Os demais segmentos atendidos, classificados como não térmicos, estão em pleno crescimento. Foram 2.408 unidades consumidoras do segmento não térmico. Já o volume comercializado deste segmento obteve crescimento de 5% considerando o mesmo período, com destaque para o mês de outubro, em que a Companhia alcançou seu recorde de vendas, com o volume médio de 126.650 m³/dia.

2019: investimentos que levam o gás mais longe

Dedicada a levar o gás natural a mais zonas da cidade, a Cigás manteve seu ritmo de investimentos e, em 2019, ampliou mais 16 km em sua rede de distribuição. Ao total, foram investidos R\$ 18,6 milhões distribuídos em materiais, serviços, pessoal, estudos e projetos, superando a meta física e financeira estabelecida.



R\$ 518 milhões
em valores corrigidos
pela SELIC

investidos desde o
início da operação da
Companhia até
dezembro de 2019

Investimentos realizados em 2019
R\$ 18.6 milhões



Km de rede construídos em 2019

16.060
23% incremento



Mercado industrial segue crescendo

Com crescimento gradativo, desde o início das suas operações, o segmento industrial apresentou em 2019 um volume médio comercializado de 99 mil m³/dia, 4% a mais do que o vendido em 2018. Em outubro, o consumo das indústrias bateu recorde, alcançando o volume médio de 110 mil m³/dia.

Em 2019, empresas como Alpha, Cometais, Componel, CTK, Gree, Ox Bike, PCE, Six Label e Tutiplast, de segmentos distintos como metais, embalagens e plásticos, tornaram-se consumidoras do gás produzido pela Companhia. Enquanto isso, clientes do mercado industrial que já estavam conectados à rede de distribuição aumentaram o seu consumo, mostrando que uma das vantagens do uso do gás natural para essas empresas foi a retomada de seu crescimento após a recessão econômica.

Recorde diário de vendas no segmento industrial

142 mil m³/dia

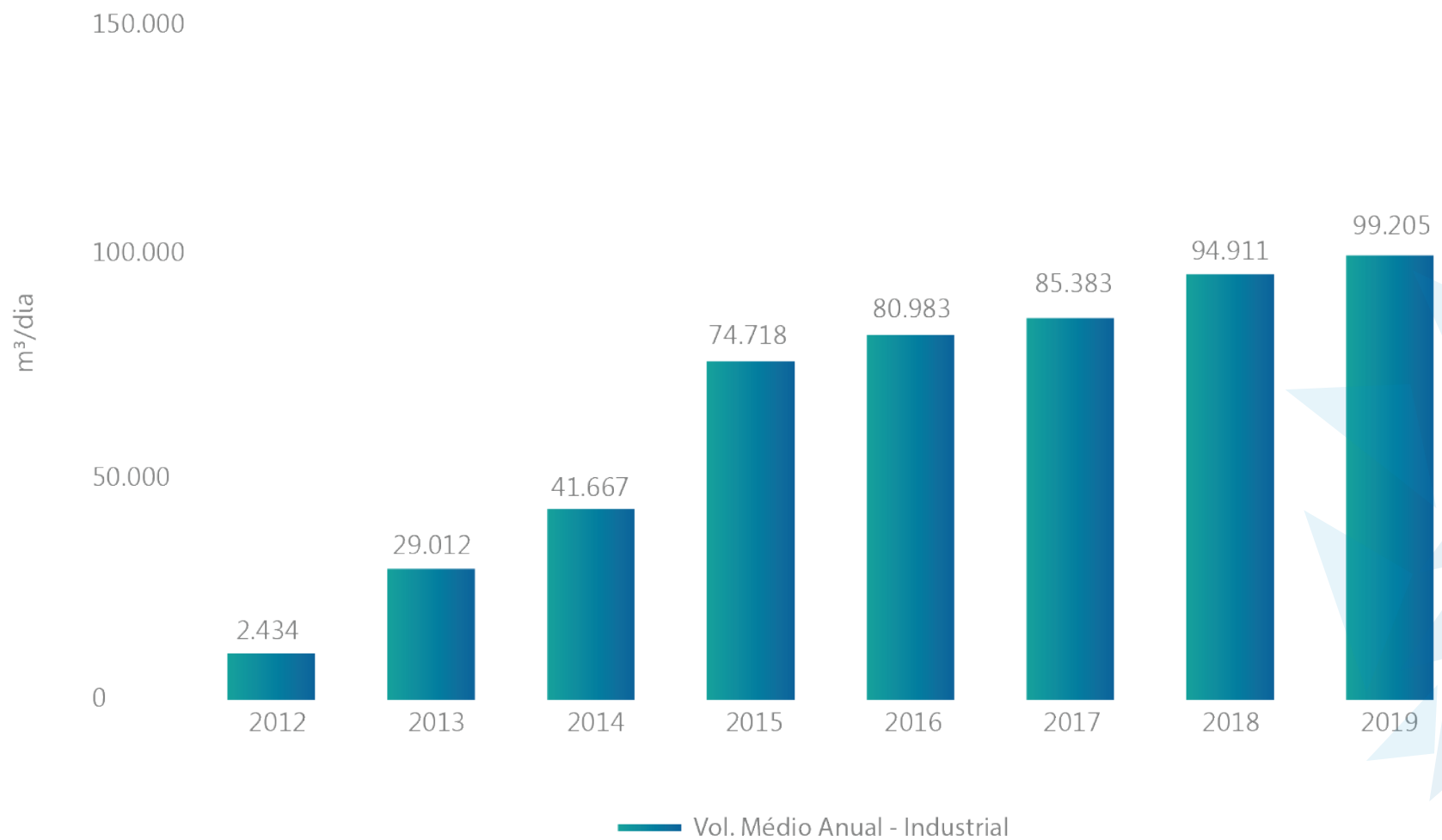
3 de outubro de 2019

INDÚSTRIAS CONTRATADAS DA CIGÁS

1. 3 CORAÇÕES
2. 3M
3. ACREPEL (BIPACEL)
4. ALPHA ASSEMBLY
5. AMBEV
6. ARGAMASSA JOÃO DE BARRO
7. BIKE NORTE
8. BRASJUTA
9. CALOI
10. CARBOMAN
11. CERAS JOHNSON
12. CLIMAZON
13. COCA COLA (BNB)
14. COMETAIS INDÚSTRIA
15. COMPONEL
16. CORPRINT
17. CTK EMBALAGENS
18. DAIDO
19. DAIKIN
20. DDW
21. ETERNIT
22. FCC
23. FITAS FLAX
24. GREE
25. HONDA HCA
26. HONDA HDA
27. INNOVA I (ANTIGA VIDEOLAR I)
28. INNOVA IV (ANTIGA VIDEOLAR IV)
29. ITAM
30. KEIHIN
31. KLABIN
32. KORETECH
33. METAL SETE
34. METALFINO
35. MUSASHI
36. NEOTEC PNEUS
37. NISSIN BRAKE
38. NOVAMED
39. OX BIKE
40. PAM INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS INJETADOS
41. PCE
42. PHILCO 2
43. PRESTIGE
44. PROCOATING
45. RIPASA
46. SAMSUNG
47. SATO
48. SHOWA
49. SIX LABEL
50. SODÉCIA
51. TUTIPLAST
52. UNIVERSAL FITNESS
53. WAPMETAL COMPONENTES
54. WEBER QUARTZOLIT
55. YAMAHA

SEGMENTO INDUSTRIAL

MÉDIA 2012-2019





Gás Natural Veicular incentivado

O segmento veicular apresentou um volume médio comercializado de 12,7 mil m³/dia em 2019: é um valor relativamente menor comparado à média de 2018, diretamente impactado pela suspensão do consumo em um dos pontos de distribuição.

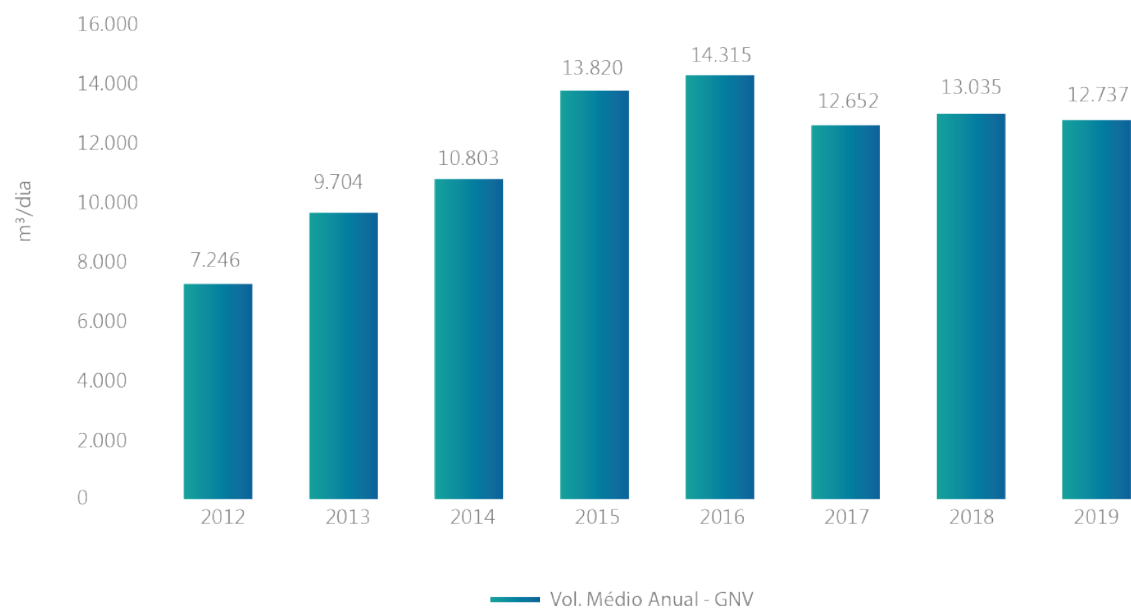
Porém, a Cigás assumiu o desafio de promover o crescimento desse mercado, e tem realizado ações destinadas a fomentar o desenvolvimento do combustível. A campanha "Faça a conta. Use GNV!", que busca promover a conversão de veículos ao gás natural, é uma dessas iniciativas. A ação

concede um incentivo no valor de R\$ 4 mil (valor aproximado da conversão ao GNV) ao motorista que adaptar seu carro durante a realização da campanha.

Até o fim da iniciativa, 250 usuários do GNV serão beneficiados. A ação começou em 30 de setembro de 2019 e deve se estender até 30 de setembro de 2020, ou até atingir os 250 beneficiários previstos. Até dezembro de 2019, foram contemplados 77 motoristas. O impacto positivo da campanha se reflete no aumento das vendas mensais do segmento veicular a partir de setembro.

EVOLUÇÃO DE VENDAS SEGMENTO VEICULAR

MÉDIA 2012-2019



FAÇA A CONTA. USE GNV!

A Cigás convidou os motoristas de Manaus a fazer a conta e conhecer as vantagens do uso do Gás Natural Veicular: essa é a campanha "Faça a conta. Use GNV!", aquecendo o mercado na cidade. Essa é a segunda campanha de incentivo promovida pela Companhia, que atua desde 2011 no fornecimento do gás natural aos postos da capital.

Para participar, basta os interessados converterem e regularizarem o veículo para o uso do GNV e depois se cadastrarem no hot site oficial para receber o benefício. Pessoas físicas podem cadastrar até três veículos, enquanto pessoas jurídicas têm direito a inscrever até 10 veículos. Nos postos, o volume comercializado do combustível teve alta de 8% de setembro a dezembro, resultado imediato da nova frota em circulação.



ACESSE O HOTSITE
DA CAMPANHA
"FAÇA A CONTA.
USE GNV!"

Quem converteu aprova!



"Essa campanha está sendo muito útil, porque eu já queria fazer um diferencial no meu negócio, que era colocar o GNV nos carros."

Ícaro Sevalho, empresário de aluguel de veículos para motoristas de aplicativo



"É outra vida. Em relação a consumo, rendimento, é outra realidade. Não estou mais refém de gasolina e álcool."

Daniele Sarmiento, da Sarmiento Construções de Edifícios



"Participei da campanha anterior e, quando vi essa, nem acreditei, porque esse é quase o preço da instalação (do kit GNV)."

Russein Essucy, funcionário público



Crescimento no mercado do varejo

A rede de distribuição da Companhia continua em plena expansão em 2019, e isso, também, se refletiu no mercado de varejo, composto pelos segmentos comercial e residencial: são 2.346 unidades consumidoras que optaram pelos benefícios do gás natural. A rede se expandiu para atender potenciais contratados nas regiões do Vieiralves, Adrianópolis, Djalma Batista e Parque Dez de Novembro.

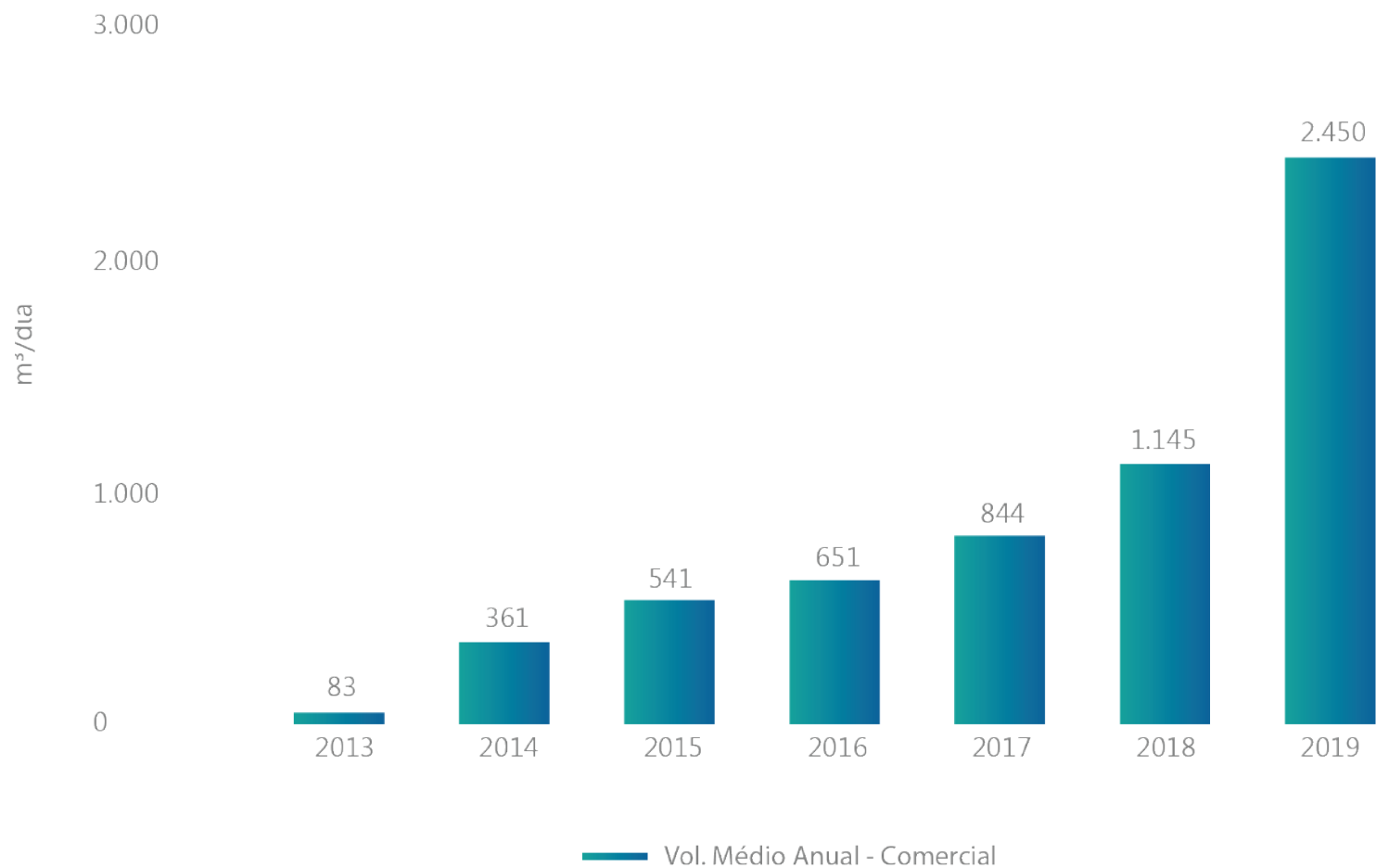
A economia na rotina dos comércios

O segmento comercial comemora resultados positivos obtidos em 2019. A Companhia comercializou um volume de 2.446 m³/dia, registrando um crescimento de quase 100%, em relação ao ano de 2018.

Com um número maior de usuários do combustível, a transição da matriz energética neste segmento vem mudando a experiência de consumo energético na capital amazonense. O estabelecimento comercial que antes dependia de estoque de combustível para a sua produção, agora funciona com fornecimento contínuo. O abastecimento, antes feito por meio de caminhões pesados, hoje é discreto e subterrâneo, com menos riscos.

EVOLUÇÃO DE VENDAS SEGMENTO COMERCIAL

MÉDIA 2013-2019





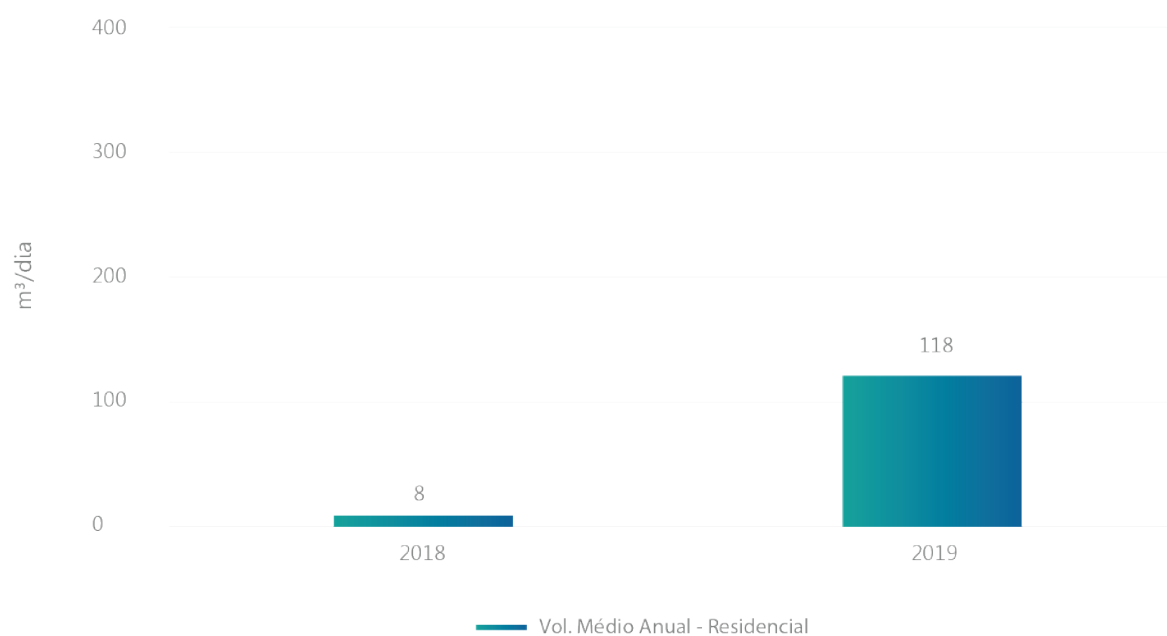
Fazendo parte da residência do manauara

A Cigás também passou a integrar o dia a dia do manauara em sua casa: em termos percentuais, o segmento residencial foi o que obteve o crescimento mais significativo. A média de consumo em 2019 foi de 118 m³/dia, um aumento de 268,75% se comparado com a média do ano anterior, que foi de 32 m³/dia.

Moradores de condomínios como SKN, Carlos Drummond, Las Palmas, Saint Pierre, Art-1, Riviera Francesa, Casa Blanca e Equilibrium se tornaram beneficiários do gás natural, à medida que a Companhia concluiu a infraestrutura nos bairros Vieiralves, Adrianópolis e Parque Dez de Novembro.

EVOLUÇÃO DE VENDAS SEGMENTO RESIDENCIAL

MÉDIA 2018-2019







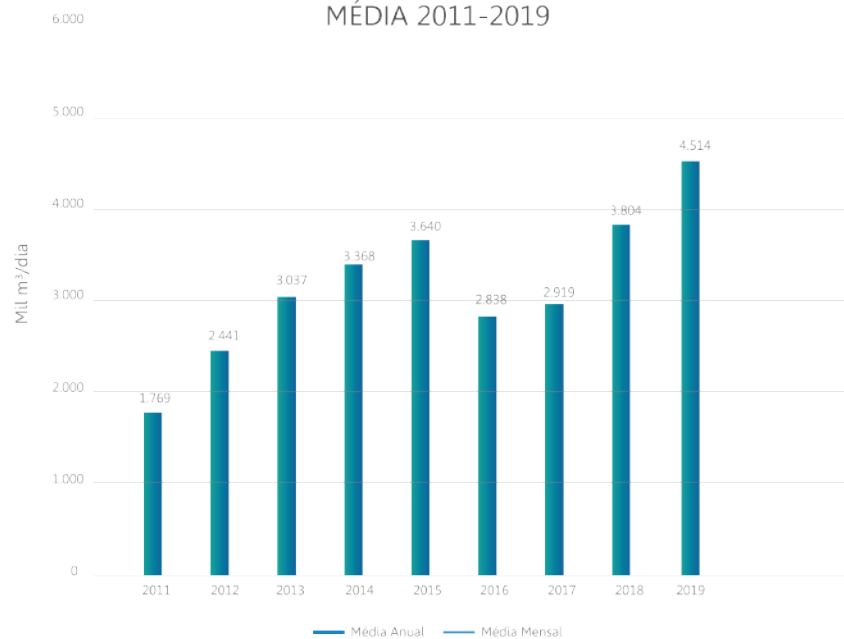
Energia elétrica que nasce do gás

O segmento termoelétrico representou 98% do volume comercializado pela Companhia em 2019, estando disponível para 14 usinas termoelétricas, sendo sete na capital amazonense e sete no interior. Esse segmento também tem um impacto ambiental positivo no ambiente, produzindo uma combustão mais limpa, proporcionando segurança e possibilitando manter os níveis dos reservatórios das hidrelétricas.

Neste segmento, a Companhia passou de um volume médio de venda de 3.804 m³/dia em 2018 para 4.514 m³/dia em 2019, em um aumento de 19%. Dois fatores justificam o resultado registrado: o aumento do consumo da Usina Termoelétrica Mauá 3, localizada na Avenida Solimões, bairro Mauzinho, e o início de operação da nova Usina Termoelétrica do município de Coari.

EVOLUÇÃO DE VENDAS SEGMENTO TÉRMICO

MÉDIA 2011-2019



Fonte: Cigás

CLIENTES CONTRATADOS

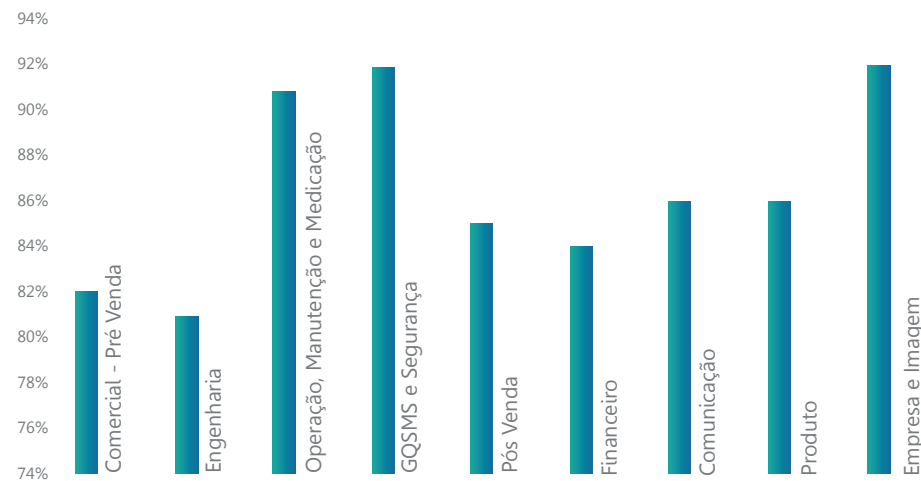
14 Gás disponível para 14 usinas termoelétricas

Avaliação positiva dos clientes

A pesquisa de satisfação de 2019 foi realizada no período 26 de novembro de 2019 a 17 de janeiro de 2020 e o índice apurado indica uma satisfação de 86,4%. A pesquisa foi baseada em áreas e itens considerados fundamentais pelos clientes, como: relacionamento, condições comerciais, negociação, fornecimento, produto, meio ambiente, cobrança e imagem da Companhia. Entre os atributos melhor avaliados em cada área, estão índices como regularidade e continuidade do fornecimento (94%), segurança e infraestrutura (93%) e atendimento (92%). A Companhia também finalizou o ano de 2019 com um recorde no quesito de indicação, alcançando um índice de 99,07% de satisfação.



ÍNDICE DE SATISFAÇÃO POR ÁREA AVALIADA



O que dizem nossos clientes?



Coliseu Pizzaria

"Para a gente é sempre vantajoso. Na verdade, a gente lucra em cima de custos. Quanto menor o custo, melhor a arrecadação, porque tem produto que aumentou muito e a gente não consegue repassar (ao cliente final). Quando optamos pela mudança (para o gás natural), apostamos na qualidade e no preço, então foi uma experiência interessante. Está valendo a pena. A economia é em torno de 25% a 30%."

Mauro Kariya, dono da Coliseu Pizzaria



Metal Sete

"Antes, nosso abastecimento era por botija e tinha muito problema de ajuste de pressão. Também era necessário ficar acionando o fornecedor para abastecer. Quando mudamos para o gás natural, isso até caiu no esquecimento."

Henrique Vasco, coordenador de engenharia



Alpha

"Estávamos perdendo dinheiro com uma solução na nossa porta. A Cigás fez a tubulação e converteu nossos equipamentos. Estimamos em torno de 40% de economia."

Remiro Guirro, supervisor de engenharia e manutenção



Metalfino

“É algo que está na minha porta, dentro da empresa. Um processo que já tem à nossa disposição, sem risco de acabar. O gás é muito mais fácil de ser controlado, pois a gente usava o óleo BPF e os equipamentos precisavam de manutenções com frequência.”

Fabrcio Amorim, técnico de processos



Shopping Manauara

“Nossa iniciativa em optar por esse tipo de gás aconteceu pelas inúmeras vantagens apresentadas, como a segurança em relação ao GLP, diminuindo as chances de acidentes. A questão ambiental também foi determinante, pois conseguimos impactar de forma menor o meio ambiente. Também buscamos como um dos principais benefícios a redução do custo operacional das despesas do consumo de gás e, diante de todo esse cenário, os nossos lojistas estão satisfeitos com a utilização do combustível pela segurança, comodidade, sustentabilidade e a economia gerada.”

Assessoria do Shopping Manauara



3

Práticas na gestão que garantem resultados



Reuniões de acompanhamento de indicadores são realizadas mensalmente.



Planejamento Estratégico

Desde que foi implantada, em 2010, a gestão da Companhia tem evoluído significativamente. A manutenção da cultura do Planejamento Estratégico, direcionada ao monitoramento de resultados, permitiu o acompanhamento dos indicadores e as boas práticas da gestão corporativa.

Com o amadurecimento desta cultura, surgiu o Programa Gestão Estratégica. O objetivo foi disseminar a prática e envolver toda a Companhia no desdobramento das ações de Planejamento Estratégico. Desta forma, foi possível a absorção da necessidade do fortalecimento das relações de compromisso e engajamento em todos os setores da organização.

Um dos instrumentos que pautam as ações do Programa, o Planejamento Estratégico, consolida as principais diretrizes e desafios previstos para o período de 5 anos, sendo elaborado de forma participativa em conjunto com todas as áreas da Companhia, e revisado anualmente.

Mensalmente são realizadas reuniões de acompanhamento (Avaliação Geral Mensal - AGM). Por meio da metodologia de balanced scorecard, as áreas da Companhia monitoram seus resultados, analisam eventuais causas de desvios e propõem soluções. A participação do corpo gestor nas reuniões foi de 75% em 2019.

Parceria de excelência

Entre os anos de 2012 e 2019, a Cigás participou do Programa Parceiros para Excelência (PAEX), da Fundação Dom Cabral (FDC). O PAEX é um programa voltado a empresas de médio porte que desejam ter melhores resultados. Usando a implantação de um modelo de gestão integrada, o programa trabalha a capacitação dos gestores, o intercâmbio de experiências e a construção conjunta do conhecimento.

RESULTADOS

Durante os anos de parceria com o PAEX, entre tantos resultados positivos alcançados, destacam-se, na linha do tempo:

2012 – Implantação do Planejamento Estratégico (Contratação da Fundação Dom Cabral);

2013 – Implantação do Plano de Marketing;

2014 – Certificação ISO 9001/2008 e implantação do Escritório de Projetos;

2014 – Prêmio PAEX de Reconhecimento de Desempenho FDC (Compartilhamento de modelo de governança);

2015 – Programa de Incentivo ao GNV;

2016 – Realização da 1ª Semana da Estratégia (Comunicação e massificação da estratégia para os colaboradores);

2017 – Implantação do Power BI;

2017 – Certificação Ambiental 14001/2015;

2017 – Recertificação da ISO 9001/2015;

2018 – Reconhecimento da FDC do case Cigás no Livro “Abre Aspas”.



Ferramentas de Gestão

Sistema de Gestão Integrado como aliado

Seguindo a implantação do Planejamento Estratégico, um dos aliados é o Sistema de Gestão Integrado (SGI), que vem sendo um importante vetor de qualidade e melhoria nos processos. Em 2019, a Companhia iniciou os ajustes para certificação na NBR ISO 45001:2018, por meio da adoção de práticas de segurança e saúde. Com o funcionamento do sistema, os processos são periodicamente avaliados e aprimorados, contribuindo para atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia de forma eficaz.

Neste sistema, o foco é a excelência organizacional, para que as atividades sejam desenvolvidas com qualidade e de forma segura, garantindo a mitigação de riscos da Companhia, bem como buscando o equilíbrio entre as atividades produtivas e o meio ambiente.



Reunião para análise do desempenho de indicadores de SGI.

Comitê do Sistema de Gestão Integrado

Criado em 2013, o Comitê do Sistema de Gestão Integrado tem como objetivo tratar as questões pertinentes ao SGI. A equipe se reúne em reuniões periódicas, contribuindo para a melhoria contínua dos processos, de acordo com as normas vigentes.

O comitê é composto pela alta direção, gestores, coordenadores e analistas da Companhia. As responsabilidades são determinadas por meio dos requisitos das normas NBR ISO.



Customização do ERP para gestão do patrimônio

Devido às especificidades da Zona Franca de Manaus (ZFM) e a relação com o negócio da Companhia, foram desenvolvidas melhorias no módulo integrado ao ERP da MXM, (já existente), visando melhoria na gestão do patrimônio da Companhia.

Com este novo módulo, é possível realizar o desmembramento dos ativos, a fim de se alcançar a depreciação de forma detalhada, até a data do fim da concessão da Cigás para distribuição de gás natural. Tal medida gerou impactos positivos no fechamento do balanço patrimonial anual.

Tecnologia a serviço da eficiência na gestão

Visando a melhoria dos instrumentos de gestão e para prover informações que auxiliem os administradores na tomada de decisão, implantou-se o projeto *Business Intelligence*, iniciado no ano anterior. Foram criados novos *dashboards* que estão apoiando a análise de dados de faturamento dos segmentos por volume (metro cúbico) ou receita (real), controle de requisições de compra, evolução do custeio da Companhia, entre outros.

Certificações que vão além do papel

Os Sistemas de Gestão da Cigás são certificados por padrões que atestam o empenho da Companhia pela adoção de boas práticas no seu processo operacional e desempenho ambiental. A Companhia é anualmente auditada pelos órgãos certificadores, com o objetivo de verificar o atendimento às normas e garantir a melhoria contínua de seus processos.

As certificações asseguram a disponibilidade dos recursos, a perenidade do negócio e favorecem o relacionamento com as partes interessadas.

Sistema de
Gestão da
Qualidade:
ISO 9001
(desde 2014)



Sistema de
Gestão
Ambiental:
ISO 14001
(desde 2017)

Investimento em pessoas

Para desenvolver e valorizar o potencial dos colaboradores, a Companhia investiu R\$ 263.748,93 em ações de capacitação.

Ao todo, foram 661 participações em cursos de qualificação profissional em instituições locais e nacionais, além de educação à distância.



55,4%
dos treinamentos
foram técnicos



6.848 horas
em treinamentos
(equivalentes a 285 dias)



131
treinamentos realizados
(interno, externo e online)



23,9%
dos treinamentos foram
comportamentais



20,7%
dos treinamentos foram
normas técnicas



86,67%
média anual de satisfação
com os treinamentos

40%
aumento de
Auxílio Educação,
em relação a 2018

Recursos Humanos e Gestão de Talentos

Com uma política de desenvolvimento alinhada ao Planejamento Estratégico, a Cigás busca investir continuamente em ações que promovam a evolução profissional de sua força de trabalho, além de promover a pluralidade, diversidade e equilíbrio em seu quadro de colaboradores.

FORÇA DE TRABALHO



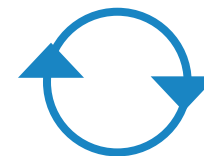
59%
homens



3%
número de portadores
de necessidades especiais



41%
mulheres



3%
taxa de
rotatividade



23%
número de empregados
acima de 45 anos



45%
cargos de gestão
ocupados por mulheres

Durante evento realizado: demonstração da conversão de equipamentos para adaptação ao uso do Gás Natural atraiu a atenção do público.



4ª Semana da Estratégia CIGÁS

Entre os eventos realizados, destaca-se a Semana da Estratégia, já inserida no calendário oficial da Companhia.

Com o objetivo de disseminar o planejamento da Cigás para todos os níveis da empresa, o evento já está na sua 4ª edição.



Para incentivar a participação dos colaboradores nos processos corporativos, o Desafio Seja + Cigás foi lançado. O evento promoveu a interação dos colaboradores.

Dentro da perspectiva da cultura do planejamento, com foco em estratégias e ações, a Companhia realizou alguns eventos:

Eventos Realizados

Semana da Estratégia;

Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente (Sipatma) - Segurança do Trabalho e Meio Ambiente;

Desafio Seja Mais Cigás;

Treinamento de Compliance.



4

Performance nas operações



Operação e Manutenção

A Cigás tem feito investimentos contínuos para manter com excelência sua rede de distribuição e operação, atendendo aos mais diversos clientes com a máxima segurança e eficácia. As ações têm como base um planejamento, seguido à risca, e que considera como premissa as recomendações dos fabricantes e as melhores práticas do mercado.

O resultado de todo esse trabalho pode ser constatado por meio dos excelentes indicadores de performance operacional da Companhia, que demonstram um elevado padrão de qualidade do atendimento oferecido pela empresa e a posicionam com referência no mercado de gás natural.

98,6%

das ordens de serviço foram realizadas

74 min

é o tempo médio de atendimento para reparos

99,7%

do plano de manutenção preventiva foi cumprido

Operação segura e com ação integrada

Com a finalidade de garantir a segurança operacional em todos os seus processos, a Cigás possui um Plano de Atendimento de Emergências (PAE), que estabelece procedimentos a serem adotados para controle de situações de emergência. Com isso, é possível apresentar uma resposta rápida, eficiente e ordenada. Para aferir e garantir sua eficácia, são realizados simulados periódicos, envolvendo a articulação com órgãos estaduais e municipais, além da sociedade em geral.



**CONFIRA O VÍDEO
DO SIMULADO**

Simulados testam respostas

Para garantir respostas cada vez mais eficazes, em 2019 foram realizados três simulados internos na sede da Cigás. As ações tiveram como foco testar o abandono de área geral, o fluxo de comunicação de emergências e a atuação da equipe em primeiros-socorros, inclusive com resgate de vítimas.

Já em novembro, foi realizado um simulado de emergência externo e de maior alcance, com o intuito de treinar e avaliar as ações de resposta a possíveis vazamentos de gás natural, em conformidade com o PAE. Complementarmente, os planos de resposta à emergência consideram as ações de natureza conjunta para o caso de cenários acidentais de grandes proporções, mapeando também atores de outras esferas relevantes no processo, como os órgãos de Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU), além de hospitais e órgãos ambientais, cujos recursos são compartilhados e, também, periodicamente testados.

Pontos positivos destacados na avaliação da atividade

- O comprometimento de todo o time Cigás;
- A participação dos clientes, imprensa e comunidade;
- A interação entre a Cigás e demais instituições participantes do evento;
- As manifestações positivas por parte dos clientes;
- A sensibilização prévia da comunidade do entorno e contribuição durante o simulado;
- Fortalecimento dos valores estabelecidos na Companhia.



Segurança do Trabalho

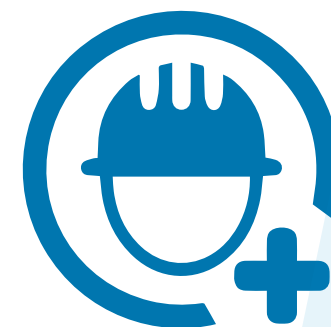
Tendo como um de seus valores a preservação da vida, a Cigás adota como prioridade absoluta o oferecimento de um ambiente de trabalho salutar e a máxima segurança no desenvolvimento operacional de suas equipes. Desenvolve ações com os cuidados necessários à manutenção da saúde e segurança também de seus fornecedores, da comunidade e toda a cadeia sistêmica no processo de operação e fornecimento do gás natural na cidade de Manaus.

Neste aspecto, a Companhia atua com a sinalização de sua rede subterrânea de gás, ampliada gradativamente com a consequente expansão dos dutos pela cidade, colocando-se ainda à disposição da comunidade para o acompanhamento de escavações próximas a sua estrutura.

A medida de segurança visa excluir qualquer risco a seus colaboradores e terceiros.

Também fortalece as medidas de segurança da companhia o sistema de monitoramento 24h da rede de distribuição, realizado a partir do Centro de Controle Operacional. Um trabalho que é estrategicamente maximizado a cada ano e é um dos principais mecanismos de segurança do trabalho e de toda a comunidade.

Além disso, são promovidas continuamente campanhas de conscientização, abordando os riscos do gás natural e as ações preventivas que devem ser tomadas para evitar acidentes/incidentes.



Zero
acidentes
com lesões graves
e/ou incapacitantes
na Cigás

Atitude Ativa

O “Cuidado Ativo” é um programa fundamental na gestão de segurança e saúde ocupacionais. Suas premissas são: cuidar de si, cuidar do outro e deixar que cuidem de você. As ações do programa permitem elevar o nível de comprometimento dos colaboradores, além de incentivar um ambiente em que exemplo de comportamento seguro sejam uma constante.

Para o sucesso dessa perspectiva, o engajamento é primordial. Em 2019, a Companhia reforçou tais conceitos entre seus colaboradores, buscando envolver as lideranças na disseminação do cuidado ativo, por meio de campanhas voltadas à prevenção.

Mais segurança e saúde para todos

Para promover atividades seguras e prevenir doenças ocupacionais, a Companhia incentiva o cuidado com a saúde dentro do ambiente laboral.

Para isso, a Cigás conta com uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) atuante e engajada, realiza auditorias comportamentais, além de campanhas e eventos de sensibilização, imunização, dentre outras atividades já inseridas na rotina da Companhia para manter suas equipes saudáveis não apenas física, mas também mentalmente.

Campanhas de sensibilização interna

As ações de sensibilização realizadas dentro da Companhia sempre tiveram como foco não apenas o cuidado com a saúde do trabalhador, mas também da comunidade. A premissa é de que a partir dos cuidados tomados pelo colaborador com o apoio da Cigás, ele possa, também, difundir a importância da preservação da saúde e seu bem-estar para toda sua rede pessoal.



Maião Amarelo – Dedicada à segurança no trânsito.



Janeiro Branco – Ação voltada para a saúde mental.



Outubro Rosa – Movimento de combate ao câncer de mama.



Novembro Azul – Prevenção ao câncer de próstata.



Dezembro Vermelho – Prevenção às ISTs (Infecções sexualmente transmissíveis)



Sipatma

Dentro dos cuidados para a preservação da vida e do meio no qual se atua, a Cigás promoveu a Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente (Sipatma) de 2019, cujo tema foi "Mais Cuidado". Realizada no mês de junho, a programação foi direcionada para as subtemáticas "Mais Segurança", "Mais Saúde", "Mais Sustentabilidade" e "Mais Qualidade de Vida" – mecanismo adotado para que os colaboradores enxergassem a necessidade de maior cuidado como um todo, tanto consigo quanto no espaço onde desenvolvem suas atividades.

A programação engajou os colaboradores da Companhia, envolvendo-os na discussão e vivência dos temas. Além da ampla participação, outro resultado da ação foi a mudança de postura entre os colaboradores no cotidiano da empresa.



5

Meio Ambiente e Responsabilidade Social



Gás natural melhora qualidade do ar

O maior efeito na mudança da matriz energética está, literalmente, no ar: uma redução mensal de queima de 70 milhões de litros de diesel e óleo combustível.

Segundo pesquisa científica publicada em 2017 na revista científica Atmospheric Chemistry and Physics, dos pesquisadores da campanha científica Green Ocean Amazon, a adesão ao gás natural em Manaus significou uma redução de 73% na poluição provocada pela queima de combustíveis líquidos. A troca resultou também na diminuição de 55% na emissão de gases de efeito estufa (metano e dióxido de carbono).

Além da redução de emissão de dióxido de carbono, a troca do óleo pelo gás natural representou um novo conceito de fornecimento, agora canalizado, com menos agressões ao meio ambiente. Com o gás, reduz-se significativamente a possibilidade de derramamento de combustível em rios e nos solos das áreas de armazenamento em tanques.

EM 2010		EM 2014	
ANTES DO GÁS		DEPOIS DO GÁS	
16	TONELADAS DE CO/dia <small>CO: MONÓXIDO DE CARBONO</small>	12	
129	TONELADAS DE NOx/dia <small>NOx: ÓXIDOS DE NITROGÊNIO</small>	52	

Fonte: Pesquisa publicada em 2017 pela Revista Atmospheric Chemistry and Physics

131 km
de gás natural até 2019

-318
carretas
de combustível líquido retiradas de circulação

-70 MILHÕES DE LITROS
de óleo e diesel por mês

Fonte: Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia

-73%
de poluição

Redução ocasionada pela troca do consumo de combustíveis líquidos pelo gás natural nas termelétricas de Manaus

Fonte: Pesquisa publicada em 2017 pela Revista Atmospheric Chemistry and Physics

Ações de controle ambiental e educação

Com a expansão da rede de distribuição, a Cigás vem aprimorando sua gestão e se dedicando cada vez mais ao atendimento de requisitos legais aplicáveis, mapeamento de riscos e outras atividades que favoreçam a harmonia do meio ambiente com a atividade da Companhia. Para isso, suas ações nesta esfera são planejadas para que tenham continuidade e sejam transformadoras, fazendo a diferença tanto na preservação do meio ambiente e seus ecossistemas, quanto na vida de seus colaboradores.

Obras licenciadas

- Licença de Operação – L.O. N° 164/14-03
- Licença de Operação – L.O. N° 520/09-05
- Licença de Operação - L.O. N° 010/18-02
- Licença de Instalação – L.I. N° 026/16-02 1ª alteração
- Licença de Instalação – L.I. N° 077/13-04

Coleta Seletiva é cultura na Cigás

Compreendendo a importância de seu papel como desenvolvedora de boas práticas ecológicas entre seus colaboradores, na Cigás todos os resíduos gerados passam pelo processo de coleta seletiva. Em 2019, foi realizada a reciclagem de 1.756 kg de resíduos, dos mais diversos tipos.

Resíduos perigosos

Quanto a estes resíduos, categorizados como de classe 1, o volume enviado para tratamento foi de 985,45 kg no ano de 2019. Esses materiais exigiram um cuidado maior em virtude de suas características infecciosas, físicas ou químicas sinalizarem riscos à saúde e ao meio ambiente, quando manuseados ou descartados de forma inadequada.



Jardim Coletivo

Marcando a Semana do Meio Ambiente, a Cigás inaugurou, em junho de 2019, seu jardim coletivo – um espaço colorido, harmônico e com espécies de mudas doadas pelos colaboradores da empresa. Dentro da programação, os trabalhadores também tiveram a oportunidade de levar espécies de plantas para cultivar em casa.

A iniciativa fez parte, ainda, das atividades da Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente – Sipatma, organizada pela Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e a Cipa.



Na Semana de Meio Ambiente foi inaugurado um jardim coletivo com mudas apadrinhadas pelos setores da Companhia.



Jardim Coletivo proporciona à Cigás ambiente interno harmônico e contato com a natureza

Comunicação e transparência

A sociedade está cada vez mais exigente. E conhecedora da importância de fazer suas informações chegarem aos mais diversos públicos de forma clara, mantendo ainda sua reputação e credibilidade, a Cigás tem intensificado a cada ano suas estratégias de comunicação, tornando a empresa ainda mais transparente e aberta ao diálogo.

Os canais de comunicação foram fortalecidos, a Companhia ganhou presença digital – tão importante em um momento onde todos se expressam pela internet. Novos recursos foram incorporados às estratégias institucionais. Em um cenário onde todos agem, é preciso também buscar os melhores recursos para mostrar seus resultados. E isso a Cigás tem feito!

Em outra ponta, gestores são treinados para aperfeiçoarem suas habilidades e discursos junto à imprensa e à comunidade, inclusive com mídia training. Os treinamentos ocorrem desde 2015 e foram intensificados em 2019, com técnicas de postura, posicionamento e mensagem.

Canais de Comunicação Institucional



www.cigas-am.com.br



twitter.com/cigasam



linkedin.com/company/companhia-de-gás-do-amazonas



Youtube.com/cigasamazonas



SAC 117

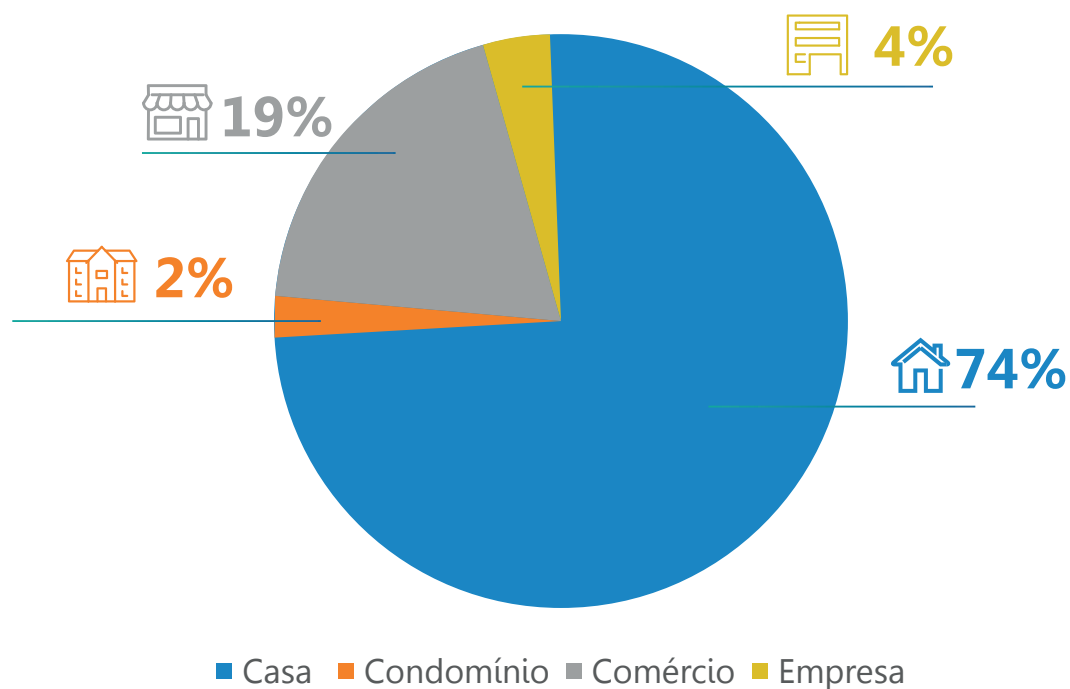


atendimento@cigas-am.com.br

É importante comunicar

Uma das premissas para a construção e expansão da rede de gás natural no Amazonas é o comunicado de obras para os moradores e comerciantes do entorno do gasoduto, apresentando-lhes o projeto e eliminando dúvidas. Em 2019, a Cigás sensibilizou 925 pontos de contatos comunitários, especialmente nos bairros Parque Dez de Novembro, Flores (no conjunto Parque das Laranjeiras), Distrito Industrial, Jardim Mauá, Ponta Negra e na área da avenida Autaz Mirim.

Segmentos Sensibilizados
Comunicado de Obras



É preciso dar voz

Por se relacionar com os mais diversos públicos, a Cigás criou um sistema de gestão e monitoramento. Por meio da ferramenta, é possível acompanhar as expectativas dos públicos de interesse da Companhia. Os grupos são organizados conforme o impacto na imagem institucional da empresa. É com o auxílio deste recurso que é possível dar voz a cada um dos parceiros e atores presentes nos processos da Cigás, principalmente em situações decisórias, onde é preciso escutar antes de agir. Desta forma, minimizam-se riscos e crises, aumentando a rentabilidade e o reconhecimento da marca.





Atividade de sensibilização para implantação da rede.



Informativos explicam de forma clara projeto do gás natural

Responsabilidade Social

O permanente compromisso com a segurança é refletido nas ações de sensibilização de quem reside no raio de abrangência do gasoduto, sejam em áreas prontas ou a construir. Em 2019, a Cigás atendeu a diversos chamados, estreitando, assim, seu relacionamento comunitário e levando informações com clareza a quem necessita.

A abordagem de atendimento é multidisciplinar para garantir a satisfação da sociedade e fortalecer a confiança na operação. Em 2019, as principais pautas das chamadas comunitárias foram sobre cuidados com a rede e informes das atividades operacionais, como cronograma de obras, sinalização e canal para acionamento, principalmente nas áreas do Distrito Industrial e Parque Dez de Novembro, cujas redes estão em operação.

A Cigás, que tem nas lideranças dos bairros por onde atua, canal aberto de diálogo, entende que ao responder a uma solicitação comunitária, dúvidas são dirimidas e transtornos evitados, respeitando-se a singularidade e particularidade de cada questão.

Mais social

Nas ações de cunho social, o comprometimento da Companhia e mobilização dos colaboradores impactaram positivamente a vida de aproximadamente mil crianças, em outubro de 2019, e contribuíram para um Natal com dignidade de mais de 25 famílias ribeirinhas, no interior do Amazonas. A ação teve o apoio do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS, vinculado ao Governo do Amazonas.

Por meio da Campanha “Canalize o Bem”, os colaboradores da Companhia foram convidados a doarem brinquedos a crianças em situação de vulnerabilidade social. Os setores destaques na ação foram premiados e reconhecidos em evento interno.



Colaboradores da Cigás são sempre motivados para ações sociais



Campanha Natal Solidário - Colaboradores reunidos para doação a crianças do Lar Batista Janell Doyle



Incentivando o conhecimento

A Cigás acredita que para fomentar o mercado de gás natural é preciso estimular ações, principalmente, na área acadêmica. Esta é também uma forma de auxiliar os futuros profissionais do mercado e outras áreas relacionadas ao gás a obterem experiências mais próximas do cotidiano de uma empresa do segmento e porte, estreitando-se ainda o relacionamento com docentes e discentes, bem como pesquisadores e outros membros ligados à prática científica.

Um dos indicadores da Avaliação de Satisfação dos Acadêmicos é mensurado pelo método NPS – Net Promoter Score (Avaliação dos Promotores em tradução livre), cuja avaliação em 2019 foi de 94%, classificando a Cigás na zona de excelência nos atendimentos.



Atendimentos em 2019

CURSOS	TOTAL
Segurança do Trabalho	18
Petróleo e Gás	53
Química	250
Engenharia Eletrônica	16
Psicologia	42
Engenharia Ambiental	6





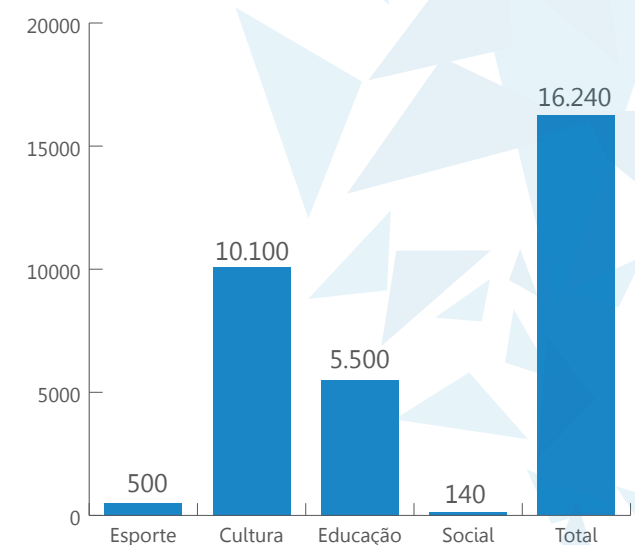
Outra campanha apoiada pela Cigás foi o “I Passeio Ciclístico pela Paz no Trânsito”, promovido pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – Detran. O evento reuniu aproximadamente 300 ciclistas na mobilização pelo trânsito seguro.

Incentivadora de boas práticas

A Cigás apoia financeiramente projetos alinhados com os valores e propósitos institucionais e em 2019 foram oito ações que receberam recursos da Companhia. Para a gestão da empresa, a causa vai além de qualquer recurso: os investimentos impactam diretamente na vida de cada cidadão alcançado nestas ações. Isso porque a Cigás entende a importância do esporte e da cultura dentro da sociedade, como ações transformadoras, capazes de mudar qualquer história.

Além disso, ao incentivar estes e outros projetos também na área da educação e social, a Cigás demonstra ainda outra linha de esforços: na disseminação da cultura do gás natural, da energia limpa e eficiência energética.

ALCANCE DE PESSOAS NOS PROJETOS INCENTIVADOS PELA CIGÁS EM 2019



Confira algumas das iniciativas apoiadas pela Cigás em 2019



I Passeio Ciclístico – Detran/AM

Cigás fez doação de 100 camisetas para a ação do Dia Mundial sem Carro, promovido pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas.



Encontro com Notáveis - Cieam

Em parceria desde 2015, a Cigás patrocinou o evento do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Foi uma oportunidade para a troca de conhecimentos e incentivo à educação de seus colaboradores.



16º Simpósio de Geologia da Amazônia

A Cigás apoiou o evento com temática socioambiental, como patrocinadora ouro. O evento aconteceu em Manaus, no período de 23 a 25 de setembro.

Projetos via Lei Rouanet

Outro destaque, com propósito institucional, foi o apoio a projetos culturais por meio da **Lei n. 8.313/1991**, a Lei Rouanet, que institui programa para captação e canalização de recursos a serem designados a diversos setores culturais, ou seja, a Companhia passou a receber, avaliar e apoiar propostas inscritas no Ministério da Cultura com atuação no Amazonas, ajudando assim, a disseminar boas práticas e cultura na região, inclusive no interior do estado, ao passo que também eleva a divulgação do trabalho com o gás natural.

Em 2019, foram aprovados projetos de incentivo ao 10º Festival Amazonas Jazz, Amazonas das Palavras e Projeto de Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro – Unidade Coari.



10º Festival Amazonas Jazz



Projeto Amazônia das Palavras encata participantes



Projeto Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro Coari



6

Demonstrações Financeiras



COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>CIRCULANTES</u>				<u>CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	202.627	231.702	Fornecedores	11	2.644.262	3.243.976
Aplicações financeiras	4.2	8.760	532	Obrigações contratuais	12	2.212.836	2.302.075
Contas a receber	5	3.010.751	3.661.611	Obrigações trabalhistas	13	3.693	3.344
Créditos contratuais	6	2.393.538	2.505.310	Impostos a recolher	14	36.440	47.753
Estoques		884	897	Dividendos a pagar	17.4	21.501	25.943
Impostos a recuperar	7	24.760	16.175	Convênio Eletrobras a Pagar	15	151.395	136.897
Outros créditos		861	915	Arrendamento	16	742	
Total dos ativos circulantes		<u>5.642.180</u>	<u>6.417.143</u>	Outras contas a pagar		139	16.925
				Total dos passivos circulantes		<u>5.071.008</u>	<u>5.776.912</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>				<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Contas a receber	5	1.889.982	3.450.570	Fornecedores	11	2.325.404	3.745.518
Créditos contratuais	6	57.170	208.782	Obrigações contratuais	12	57.054	208.808
Imobilizado	8	2.477		Impostos diferidos	23.1	615.215	825.476
Intangível	9	206.492	198.814	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18	155.346	136.470
Diferido	10	782	1.635	Arrendamento	16	2.113	
Impostos a recuperar	7	215		Total dos passivos não circulantes		<u>3.155.132</u>	<u>4.916.272</u>
Outros Créditos		423	418				
Depósitos judiciais	18.3.3	603.190	578.557	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	17		
Total dos ativos não circulantes		<u>2.760.730</u>	<u>4.438.776</u>	Capital social		134.734	120.907
				Reservas de lucros		34.869	33.180
				Dividendos adicionais propostos		7.167	8.648
				Total do patrimônio líquido		<u>176.770</u>	<u>162.735</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>8.402.910</u>	<u>10.855.919</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.402.910</u>	<u>10.855.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita Líquida de Vendas	19	2.456.133	3.288.640
Receita de Construção	2.13.1	18.688	16.722
RECEITA LÍQUIDA		2.474.821	3.305.362
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	21	(2.342.743)	(3.158.259)
Custo de construção	2.13.1	(18.688)	(16.722)
LUCRO BRUTO		113.390	130.381
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	21	(30.006)	(28.552)
Outras receitas (despesas)	21	(8.453)	(741)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		74.932	101.088
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	170.833	315.169
Despesas financeiras	22	(174.551)	(303.913)
Total		(3.718)	11.255
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		71.214	112.343
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	23.1	23.107	(777)
Correntes	23.2	(34.181)	(20.693)
Total		(11.074)	(21.470)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		60.140	90.873
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS - R\$)		0,8478	1,2810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	60.140	90.873
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>60.140</u>	<u>90.873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			reserva legal	incentivo fiscal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		111.587	14.809	9.320	6.077	-	141.794
Pagamento de dividendos - 2017	14.5	-	-	-	(6.077)	-	(6.077)
Pagamento de dividendos - 2018	14.5	-	-	-	(9.478)	-	(9.478)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.873	90.873
Capitalização de reservas	14.1	9.320	-	(9.320)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	4.544	-	-	(4.544)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	13.827	-	(13.827)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,7665)	14.4	-	-	-	-	(54.377)	(54.377)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,2555)	14.5	-	-	-	18.126	(18.126)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		120.907	19.353	13.827	8.648	-	162.735
Pagamento de dividendos - 2018	17.5	-	-	-	(8.648)	-	(8.648)
Pagamento de dividendos - 2019	17.5	-	-	-	(3.989)	-	(3.989)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.140	60.140
Capitalização de reservas	17.1	13.827	-	(13.827)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	17.2	-	3.007	-	-	(3.007)	-
Reserva de incentivo fiscal	17.3	-	-	12.509	-	(12.509)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,4718)	17.4	-	-	-	-	(33.468)	(33.468)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,1573)	17.5	-	-	-	11.156	(11.156)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		134.734	22.360	12.509	7.167	(0)	176.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		60.140	90.873
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do imobilizado	8	354	
Amortização do intangível e do diferido	9, 10, 21	10.479	10.439
Reversão/Constituição da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(548)	(274)
Juros e atualizações monetárias		(114)	(267)
Constituição de impostos diferidos	23.1	(210.261)	111.411
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras	15	14.497	12.016
Baixa de intangível	9	1.393	509
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		2.211.449	(1.076.494)
Estoques		13	(356)
Impostos a recuperar		(8.799)	23.407
Créditos contratuais		263.383	(296.953)
Outros créditos		50	(26.680)
Ação Judicial		(24.633)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.042.348)	633.954
Obrigações trabalhistas		349	474
Tributos a recolher		(6.356)	(15.142)
Obrigações contratuais		(240.992)	66.128
Outras contas a pagar		(16.044)	16.675
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18	19.424	17.827
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.958)	9.819
Contas a Pagar - Ação Judicial	11.c	24.633	578.557
Caixa gerado pelas atividades (aplicados nas) operacionais		<u>51.111</u>	<u>155.923</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao imobilizado	8	(2.831)	-
Adição ao intangível	9	(18.697)	(17.218)
Aplicações financeiras	9	(8.113)	(4)
Resgate de aplicações financeiras			30.771
Caixa (aplicado nas) gerados das atividades de investimento		<u>(29.641)</u>	<u>13.549</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização - Convênio Eletrobras	15		-
Pagamento de dividendos	17.4	(50.546)	(62.220)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(50.546)</u>	<u>(62.220)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(29.076)</u>	<u>107.252</u>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	231.702	124.450
No fim do exercício	4	202.627	231.702
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(29.075)</u>	<u>107.252</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS (“Companhia” ou “CIGÁS”) é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325, de 8 de maio de 1995.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termoelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, a findar em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial, autorizada pela Lei Estadual nº 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Companhia assinou em 1º de junho de 2006, concomitantemente, contratos com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (Contrato Upstream) e com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE) (Contrato Downstream), ambos com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, cujo objeto foi a compra e venda de gás natural para fins de geração termoelétrica durante um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do fornecimento comercial (01/12/2010), com Quantidade Contratada de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. A partir de 1º de dezembro de 2015, conforme procedimentos estabelecidos na cláusula 4, dos referidos Contratos, a Quantidade Contratada foi reduzida para o volume de 5.420.000 (cinco milhões quatrocentos e vinte mil) metros cúbicos por dia e a diferença, entre a quantidade originalmente contratada e a quantidade vigente a partir de 1º de dezembro de 2015, ou seja, 80.000 (oitenta mil) metros cúbicos por dia, foi alocada para o outro

Contrato (“Não Termelétrico”), que a Companhia firmou com a sua supridora (PETROBRAS).

Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia firmou, em dezembro de 2006, com a Eletrobras, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira (ECV-205/2006), para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa nº 13.

Em 3 de dezembro de 2018, a CIGÁS firmou o Terceiro, Quarto e Quinto Termos Aditivos ao Contrato OC 1902/2006, bem como o Termo de Cessão do Contrato OC 1902, em que se transferiu a posição contratual da Amazonas Energia para Amazonas GT “AmeGT”. Acerca dos referidos instrumentos, pertinente, em síntese informar que o Quinto Aditivo contempla: (i) Quitação imediata do valor da Parcela da Margem em aberto na ordem de R\$ 16.632.452,93 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos); (ii) Prioridade de pagamento do PIS e da COFINS, quando da realização de pagamento parcial sobre qualquer pagamento realizado pela AmeGT; (iii) Prioridade de pagamento da Parcela da Margem pela AmeGT; (iv) Implantação do Mecanismo do “Gatilho” quando da inadimplência em prazo superior a 4 (quatro) meses. Nesse caso, quando da realização de qualquer pagamento, a CIGÁS terá prioridade no recebimento da Parcela da Margem; (v) Recebimento dos valores pertinentes à recuperação da receita relativa ao diferimento da margem a partir de 1º de dezembro de 2018, em que se estabeleceu que os pagamentos serão realizados mensalmente pela AmeGT; (vi) A Parcela do Transporte será equiparada à Tarifa do Transporte, homologada pela ANP, o que representará maior competitividade para o Gás Natural; e (vii) Inclusão da UTE Mauá 3 com a apresentação de garantia financeira de 1 (um) mês de fornecimento, com o registro do compromisso pela AmeGT em petição ao juízo requerendo a extinção das ações em curso (MAUÁ 3 – COMISSIONAMENTO E TESTES e MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL). Acerca das ações em referência, informa-se que a ação denominada MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL foi extinta, sem julgamento do mérito, em 03/10/2019. O último andamento da ação MAUÁ 3 – COMISSIONAMENTO E TESTES foi a interposição de recurso de apelação pela CIGÁS, em 10/02/2020.

Em 05 de novembro de 2019, a CIGÁS recebeu a Carta CTA-DF-3223/2019, datada de 31 de outubro de 2019, da ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A), dando ciência sobre a assinatura do documento “Instrumento de Acordo” firmado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Amazonas Distribuidora de Energia S/A.-AmE, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRAS e a Amazonas e Transmissão de Energia S.A.-AmeGT, datado de 03.12.2018. A CIGÁS não participou das tratativas para formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do Termo. Após tomar ciência do teor da informação contida na Carta CTA-DF-3223/2019, e diante dos valores envolvidos, a Companhia indicou a necessidade de obtenção de total esclarecimento sobre a origem dos valores referenciados no instrumento. Considerando que os mesmos afetam o Contas a Pagar, Contas a Receber e Tributos (PIS, COFINS, IR E CSLL) contidos nos registros Contábeis/Financeiros da CIGÁS, foi emitida a Carta DIRAF – 157/2019, datada de 19 de novembro de 2019 e protocolada na AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, solicitando informações detalhadas acerca dos valores objeto da transação, até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2019 a CIGÁS não foi informada. As tratativas referentes ao assunto continuam em curso em 2020, com as partes envolvidas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório internacional (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, são evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

2.3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC, com vigência desde 1º de janeiro de 2019:

2.3.1 CPC06 (IFRS 16) – Arrendamento

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do “IFRS 16 – Leases”, que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16/CPC06 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O IFRS 16/CPC06 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, e é efetivo a partir de 1 de janeiro de 2019.

2.3.1.1 Adoção inicial do CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamento

A Companhia aplicou o CPC 6/IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019. A abordagem de transição escolhida, os detalhes e os impactos da adoção desta norma estão descritos nas notas explicativas abaixo.

O impacto mais significativo para a Companhia foi o reconhecimento de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos anteriormente reconhecidos como operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC 06 (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre o passivo de arrendamento.

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada nas taxas contratuais.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Efeitos da transição

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada (CPC 06 (R2)/IFRS 16), na qual o efeito cumulativo da adoção inicial não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pelas taxas contratuais. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

RESUMO 2019

ATIVO

12412001 Dir. de uso - Aluguel de Bens Imóveis	2.831 ⁽¹⁾
12412099 (-) Amort. Dir. Uso-Arend. Imóveis	(354)

Saldo em 31.12.19	2.477
--------------------------	--------------

11205008 PIS A RECUPERAR	22
12103008 PIS A RECUPERAR	38
(-) CRÉDITO Recuperado	(7)

Saldo em 31.12.19	54
--------------------------	-----------

11205009 CONFINS A RECUPERAR	103 ⁽¹⁾
12103009 CONFINS A RECUPERAR	176 ⁽¹⁾
(-) CRÉDITO Recuperado	(33)

Saldo em 31.12.19	247
--------------------------	------------

PASSIVO

Aluguel a Pagar - Principal	3.171 ⁽¹⁾
Aluguel a Pagar - Juros 2019	505 ⁽²⁾
Aluguel Pago 2019	(428)

Saldo em 31.12.19	3.247
--------------------------	--------------

DRF 2019

AMORTIZAÇÃO 2019	354
JUROS 2019	112

TOTAL	466
-------	-----

REVERSÃO DESPESAS DE ALUGUEL	388
------------------------------	-----

Impacto no resultado 2019	78
----------------------------------	-----------

⁽¹⁾ Contrato nº 015/2013 - Aluguel da Sede - valor de principal referente ao período de julho/2019 a junho/2023;

⁽²⁾ Contrato nº 015/2013 - Aluguel da Sede - valor de juros referente ao período de julho/2019 a junho/2023;

2.3.2 ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 7 de junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23, “Incertezas no Tratamento de Imposto de Renda”. O IFRIC 23 estabelece como determinar uma posição fiscal quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda.

O IFRIC 23 requer de uma entidade:

- a) determinar se as posições tributárias incertas são avaliadas separadamente ou como um todo; e
- b) avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceite um tratamento tributário incerto utilizado, ou proposto para ser utilizado, por uma entidade nas suas declarações fiscais de impostos:
 - se aceita, a entidade deve determinar sua posição contábil tributária de maneira consistente com o tratamento tributário usado ou planejado para ser usado em sua declaração de imposto de renda; e
 - se não aceita, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição tributária contábil.

O IFRIC 23 é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar o IFRIC 23, seja de forma totalmente retrospectiva ou com uma aplicação retrospectiva modificada sem correção da informação comparativa.

Em relação ao ICPC 22 a CIGÁS avaliou que não haverá impactos na data destas demonstrações financeiras decorrentes dessa interpretação técnica.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, estas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

Todas as informações contábeis estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

2.6 Instrumentos financeiros não derivativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a empresa tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros, que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares), são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes correspondentes práticas contábeis, bem como em notas explicativas.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos, entre outros.

Ativo e Passivos financeiros

Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.8 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa nº 9.

2.9 Diferido

Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a lei nº 11.941/2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Vide nota explicativa nº 10.

2.10 Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

2.11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, considerando a natureza e as características das transações.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional.

A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- I. Identificação do contrato;
- II. Identificação das obrigações de desempenho;
- III. Determinar o preço da transação;
- IV. Alocar o preço da transação; e
- V. Reconhecer a receita.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.13.1 Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) – “Contratos de Concessão” estabelece que o concessionário de serviços públicos deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição e comercialização de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide notas explicativas nº 19 e 21.

2.13.2 Receitas e despesas financeiras

Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e contribuição social representam a soma dos tributos correntes e diferidos.

2.14.1 Imposto de renda e contribuição social - Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.14.2 Imposto de renda e contribuição social - Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa nº 23.

2.14.3 Incentivo fiscal do imposto de renda

Conforme Laudo Constitutivo nº 060/2011, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia usufrui de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2021. De acordo com o CPC 07 (R1) “Subvenção e Assistência Governamentais”, este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, é reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda e, ao final do exercício social. O mesmo valor é transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) divulgação de instrumentos financeiros; e (v) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionados à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	748	3.292
Aplicações Financeiras	201.879	228.411
	<u>202.627</u>	<u>231.702</u>

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, são representadas por aplicação de CDB, de curto prazo, remunerada à taxa média de 99,36% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez, sem risco de variação significativa do principal.

4.2 Aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Aplicações Financeiras	<u>8.760</u>	<u>532</u>

Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se à: i) Conta de pagamento criada especificamente para o recebimento dos valores depositados à época por seu principal cliente, Amazonas Distribuidora de Energia S.A, no valor de R\$ 559 (31 de dezembro 2018, R\$ 532). Diante da controvérsia entre PETROBRAS e CIGÁS acerca da distribuição dos valores depositados, as movimentações na Conta de Pagamento passaram a depender de aprovações conjuntas da PETROBRAS, CIGÁS e AMAZONAS ENERGIA, conforme preconizado no contrato de administração da referida conta. Em, 20/10/2017, o Banco do Brasil, administrador da Conta de Pagamentos, procedeu ao depósito de R\$ 552.463, nos termos mencionados na Nota Explicativa 18.3.3, remanescendo o montante de R\$ 559 (31 de dezembro 2018, R\$ 532); ii) Depósito para Reinvestimento de incentivo junto a SUDAM, no valor de R\$ 2.161; e iii) Depósito de garantia contratual do segmento não-térmico, cláusula 6.4, no valor de R\$ 6.039. As aplicações financeiras são representadas por CDB remuneradas à taxa média de 99,36% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	2.416.101	2.678.407
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCD 2014 (a) e ICD 2018 (b e c)	2.439.063	4.300.268
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	41.138	81.840
Breitener Tambaqui S.A.	-	47.805
Outros	4.430	3.861
Total	<u>4.900.732</u>	<u>7.112.181</u>
Circulante	3.010.751	3.661.611
Não circulante	<u>1.889.982</u>	<u>3.450.570</u>
	<u>4.900.732</u>	<u>7.112.181</u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (CCD 2014), celebrado entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, correspondentes às parcelas 72a à 120a, a vencer de janeiro de 2021 a janeiro de 2025, são classificados como ativo não circulante.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.2, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (ICD 2018), celebrado entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, correspondentes às parcelas 33a à 36a, a vencer de janeiro de 2021 a abril de 2021, são classificados como ativo não circulante.

O saldo do contas a receber está representado pela composição abaixo demonstrada por idade de vencimento.

Clientes	a vencer	Aging				Total
		0 a 30	vencido (dias) 31 a 60	61 a 90	acima de 90	
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	242.798	-	-	-	2.173.303	2.416.101
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCD 2014 e ICD 2018	2.439.063	-	-	-	-	2.439.063
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	41.138	-	-	-	-	41.138
Outros	4.385	-	-	-	45	4.430
Total	2.727.384	-	-	-	2.173.348	4.900.732

Por força dos contratos de compra e venda de gás, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos do segmento térmico, são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15, do Contrato UPSTREAM. As contas a receber do cliente térmico Amazonas Distribuidora de Energia S.A., incluem valores vencidos no final do exercício e que já foram cedidos para a PETROBRAS. Para esses créditos a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, considerando que os créditos foram cedidos. Vide nota explicativa nº 11.

5.1 Instrumento de confissão de dívida – 2014

A PETROBRAS e a Amazonas Energia, seguindo o previsto no item 10.7.2 “A MANAUS ENERGIA e a ELETROBRAS reconhecem e aceitam que os créditos contra elas detidos pela CIGÁS neste CONTRATO, exceto os valores que sejam devidos exclusivamente pela MANAUS ENERGIA e/ou ELETROBRAS à CIGÁS e que não sejam objeto de repasse à PETROBRAS, serão cedidos à PETROBRAS nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS-CIGÁS e que tal cessão se dará automaticamente independente de qualquer notificação, podendo a PETROBRAS exigir o pagamento por parte da MANAUS ENERGIA e da ELETROBRAS dos referidos créditos, nos termos deste CONTRATO. Ocorrendo o pagamento desses créditos pela MANAUS ENERGIA ou pela ELETROBRAS diretamente à PETROBRAS na conta bancária da PETROBRAS indicada no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA DE PAGAMENTOS, a CIGÁS desde já reconhece como quitados os créditos cedidos nos termos deste CONTRATO”, do contrato de compra e venda de gás entre a PETROBRAS, CIGÁS e a Amazonas Energia, assinaram em 31 de dezembro de 2014, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso (“Confissão de Dívida”) entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“Amazonas Energia”), com interveniência da Eletrobrás, para que os créditos da CIGÁS junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela PETROBRAS, a qual a CIGÁS possui obrigações registradas em seu passivo referentes ao repasse do produto, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à PETROBRAS. A CIGÁS não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do presente.

5.2 Instrumento de confissão de dívida – 2018

A PETROBRAS e a Amazonas Energia, seguindo o previsto no item 10.7.2 do contrato de compra e venda de gás entre a PETROBRAS, CIGÁS e a Amazonas Energia, assinaram em 30 de abril de 2018, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), com interveniência da Eletrobrás, para que os créditos da CIGÁS junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela PETROBRAS, para a qual a CIGÁS possui obrigações registradas em seu passivo referentes ao repasse do produto, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à PETROBRAS. A CIGÁS não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do mesmo.

6. CRÉDITOS CONTRATUAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ship or Pay - transporte	2.062.600	2.131.697
Direito de retirada de gás	57.170	208.782
Créditos contratuais	180.830	209.263
Take or Pay - commodity	131.762	146.370
Penalidade - PRME	889	901
Margem contratual	17.388	16.693
Take - Não térmicos	68	385
Total	<u>2.450.708</u>	<u>2.714.091</u>
Circulante	2.393.538	2.505.310
Não circulante	57.170	208.782
Total	<u>2.450.708</u>	<u>2.714.091</u>

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente térmico, estabelece na cláusula 3, um volume mínimo de compra diária de gás. Caso este volume não seja atingido, este deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido, conforme cláusula 9.2. O contrato assegura o direito de recuperação desse volume não consumido durante os 60 meses seguintes ao ano em que não ocorreu a retirada do gás natural, conforme previsto na cláusula 9.4.3. Para 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem registrado no grupo/conta "créditos nas Operações de gás"/"créditos contratuais" o montante acumulado de R\$ 180.830 (31 de dezembro de 2018, R\$ 209.263), a ser recebido do cliente, tendo como contrapartida a conta "Gás Futuro Não Entregue -TOP Anual Recup", no passivo no grupo "obrigações

nas oper. de venda de gás” que para 31 de dezembro de 2019 monta R\$ 57.054 (31 de dezembro de 2018, R\$ 208.808), vide nota explicativa nº 11. A Companhia também registrou no passivo no grupo/conta “obrigações contratuais”/“obrigações contratuais”, o saldo a pagar relativo ao gás não retirado da PETROBRAS, ver nota explicativa nº 12. Esses valores podem ser recuperados e por isso foram reconhecidos em contas patrimoniais reflexas.

OBRIGAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS

Em 2019 não teve ocorrência da cobrança do Top Anual, previsto no item 9.2.c, do Contrato Térmico, contudo foi recuperado saldo remanescente do Top Anual dos exercícios de 2014, 2015, 2017 e 2018, no valor de R\$ 151.611.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R\$ 2.212.708 (31 de dezembro de 2018, R\$ 2.296.046).

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	6.514	4.441
Contribuição social	91	1.093
COFINS	15.436	8.625
PIS	2.857	1.864
Outros	76	152
Total	24.974	16.175
Circulante	24.760	16.175
Não circulante	215	-
Total	24.974	16.175

8. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dir. de uso - Aluguel de Bens Imóveis	2.831	
(-) Amort. Dir. Uso-Arend.Imóveis	-354	
Total	<u>2.477</u>	

Corresponde aos contratos de locação de bens imóveis firmados, prorrogados ou renovados pela CIGÁS na figura de locatário (arrendatário) a partir de janeiro de 2019, registrados a valor presente. Em consonância com o CPC 06, o ativo do direito de uso será depreciado com base no prazo do contrato, conforme dispõe a nota 2.3.1. 1.

9. INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Rede de Distribuição - Tubulações	185.844	185.390
Edificações e Benfeitorias	2.489	2.571
Máquinas e Equipamentos	1.148	1.279
Móveis e Utensílios	303	334
Equip. de Processamento de Dados	507	543
Software	416	288
Veículos e Equipamentos de Transporte	12	23
Obras em Andamento	15.649	8.263
Estoque de Imobilizado	123	123
Total	<u>206.492</u>	<u>198.814</u>

Esses ativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são compostos como segue:

	Taxa Média de Depreciação						31/12/2019
	a.a - %	31/12/2018	Adições	Transferências	Amortização	Baixas	
Rede de Distribuição - Tubulações	4,97%	185.390	2.556	8.221	(9.171)	(1.151)	185.844
Edificações e Benfeitorias	4,97%	2.571	13	-	(95)	-	2.489
Máquinas e Equipamentos	10,00%	1.279	104	9	(162)	(82)	1.148
Móveis e Utensílios	6,67%	334	35	-	(28)	(39)	303
Equip. de Processamento de Dados	20,00%	543	202	-	(117)	(121)	507
Software	20,00%	288	170	-	(42)	-	416
Veículos e Equipamentos de Transporte	10,00%	23	-	-	(11)	-	12
Obras em Andamento		8.263	15.617	(8.230)		(0)	15.649
Estoque de Imobilizado		123					123
Total		198.814	18.697	-	(9.586)	(1.393)	206.492

O Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de gás combustível canalizado, celebrado em 18 de novembro de 2002, entre o Poder Concedente e a Companhia (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta os serviços públicos em tela da seguinte forma:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Extinta a concessão, reverterem-se ao Poder Concedente todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, prevista na cláusula 20.2, do contrato que estabelece indenização aos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término do contrato, corrigidos monetariamente pelo IGP – Índice Geral de Preço;
- O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

A infraestrutura construída para operacionalização da atividade de distribuição cujo valor está

representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão que será recebida diretamente do Poder Concedente, conforme cláusula 20.2 do contrato de concessão.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão (31 de janeiro de 2040) atualizado monetariamente, conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º dezembro de 2010 e, a partir desse mês, também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da concessão.

9.1 Análise do valor recuperável dos ativos

Foram realizados os cálculos do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 01 (IAS 36) do Conselho Federal de Contabilidade. Não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução do valor de recuperação do seu ativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10. DIFERIDO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo	8.533	8.533
Amortização Acumulada	(7.750)	(6.897)
Total Líquido	<u>782</u>	<u>1.635</u>

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos, pelo método linear de acordo com a lei nº 11.941/2009, art. 38.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. - CCD (a) e (b)	2.439.063	4.878.825
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	1.923.394	2.108.594
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. - Ação Judicial (ver Nota 18.3.3)	603.190	-
Outros	4.019	2.076
Total	<u>4.969.667</u>	<u>6.989.494</u>
Circulante	2.644.262	3.243.976
Não circulante	<u>2.325.404</u>	<u>3.745.518</u>
Total	<u>4.969.667</u>	<u>6.989.494</u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a pagar relativos às parcelas 72a a 120a da Confissão de Dívida, celebrada entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, em 2014, são classificados para o passivo não circulante.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.2, os valores a pagar relativos às parcelas 33a à 36a da Confissão de Dívida, celebrada entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, em 2018, são classificados para o passivo não circulante.

(c) Fornecedores – Depósito Judicial - R\$ 603 MM.

O valor do depósito judicial no montante atualizado de R\$ 603.190 encontra-se detalhado na nota explicativa nº 18.3.3.

12. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ship or pay - transporte	1.925.241	1969.722
Obrigação de fornecimento de gás	57.054	208.808
Obrigações contratuais	171.553	203.764
Take or pay - commodity	115.269	127.817
Penalidades - PRME	774	772
Total	<u>2.269.891</u>	<u>2.510.883</u>
Circulante	2.212.836	2.302.075
Não circulante (a)	<u>57.054</u>	<u>208.808</u>
Total	<u>2.269.891</u>	<u>2.510.883</u>

12.1 Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 e devido ao contrato reflexo de venda de gás ao segmento térmico, em 2006, a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que estabelece, na cláusula 9, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à PETROBRAS a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato assegura o direito de recuperação do volume em até 60 meses do ano em que não ocorreu a retirada do gás natural, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra.

12.2 Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo da compra anual, previsto na cláusula 9.2.c, do Contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o volume mínimo de compra, relativo à parcela do gás recuperável, não atingido pela Companhia monta um valor acumulado de R\$ 171.553 (31 de dezembro de 2018, R\$ 203.764) e, desta forma, a Companhia tem registrado no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais" a obrigação junto à PETROBRAS, tendo como contrapartida a conta "Gás Pago Não Retirado-Top Anual Recup" no ativo no grupo "créditos nas operações de gás" em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 57.170 (31 de dezembro de 2018, R\$ 208.782), vide nota explicativa nº 6. A Companhia também registrou no ativo no grupo/conta "créditos contratuais" o saldo a receber da Amazonas Energia relativo ao gás não enviado à Amazonas Energia, ver nota explicativa nº 6.

Em 2019, não teve ocorrência da cobrança do Top Anual, previsto no item 9.2.c, do Contrato Térmico, contudo foi recuperado saldo remanescente do Top Anual dos exercícios de 2014, 2015, 2017 e 2018, no valor de R\$ 151.754.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship) e da penalidade PRME, cobrados por meio de Cartas de Débitos, montam R\$ 2.041.283 (2018, R\$ 2.098.311).

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação nos Lucros e Resultados	1.714	1.494
Férias e encargos	1.462	1.274
Salários a pagar	-	-
IRRF	143	169
INSS	287	319
FGTS	68	65
Outras obrigações sociais e trabalhistas	18	23
Total	<u>3.693</u>	<u>3.344</u>

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS a Recolher	5.525	6.550
COFINS a Recolher	25.473	30.783
Imposto de Renda a Pagar	2.634	6.613
CSLL a Pagar	2.418	3.396
Outros	390	410
Total	<u>36.440</u>	<u>47.753</u>

15. CONVÊNIO ELETROBRAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Principal	54.131	54.131
Juros Provisoriamente	61.161	54.887
Encargos Moratórios	36.103	27.879
Total	<u>151.395</u>	<u>136.897</u>

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. O objetivo deste convênio consistiu na viabilização por meio de participação técnica e financeira dos participantes através de estudo, projeto e implantação de Ramais Termoelétricos, a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

O referido instrumento prevê que os valores aportados pela ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras – devem ser reembolsados pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. a partir do início da operação

comercial dos ramais termoelétricos que atendem aos Produtores Independentes de Energia - PIE's. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento das parcelas dos Ramais Termoelétricos, 70,74% deste valor será reembolsado durante o período de 96 meses para a Eletrobrás, cujo término previsto no Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) foi o mês de novembro de 2018.

15.1 Em novembro de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.637, de 12 de novembro de 2019, da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que permitiu à CIGÁS a cobrança dos valores pertinente às Parcelas Ramais Termoelétricos, para o período de julho/2019 e a maio/2025.

As amortizações do saldo a pagar do Convênio ELETROBRAS dependem da adimplência da Amazonas Energia e AmeGT em relação às liquidações das parcelas do consumo pelos PIE's (Produtores Independentes de Energia).

16. ARRENDAMENTO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Arrendamentos a pagar	3.247	
(-) Juros a transcorrer - Arrendamento	(392)	
Total	<u>2.855</u>	
Circulante	742	
Não circulante	2.113	
Total	<u>2.855</u>	

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 134.734 (31 de dezembro de 2018, R\$ 120.907).

	31 de dezembro de 2019 e 2018				
	Quantidade de Ações			Capital Integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	2019	2018
Manausgás S.A.	11.586.619	47.292.322	58.878.941	111.829	100.353
Estado do Amazonas	12.059.543	-	12.059.543	20.554	20.554
Total	<u>23.646.162</u>	<u>47.292.322</u>	<u>70.938.484</u>	<u>134.734</u>	<u>120.907</u>

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 12 de novembro de 2019, o capital foi aumentado em R\$ 13.827, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro da exploração.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

17.2 Reserva legal

É constituída reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2019, a Companhia constituiu o montante de R\$ 3.007 (31 de dezembro de 2018, R\$ 4.544) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

17.3 Reserva de incentivo fiscal

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.14.3, a parcela correspondente ao incentivo fiscal apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2019, o valor desse incentivo foi de R\$ 12.509 (31 de dezembro de 2018, R\$ 13.827).

17.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado pelo Estatuto Social dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo apurado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido	60.140	90.873
Constituição de Reserva Legal	(3.007)	(4.544)
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	(12.509)	(13.827)
	<u>44.624</u>	<u>72.502</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	<u>33.468</u>	<u>54.377</u>
Total de ações ordinárias e preferenciais	70.938.484	70.938.484
Dividendos mínimos obrigatórios por total de ações(ordinárias e preferenciais) - em R\$	0,4718	0,7665

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	33.468	54.377
Provisão de dividendos adicionais	3.989	9.478
Pagamento de dividendos mínimos	(11.967)	(28.434)
Pagamento de dividendos adicionais	(3.989)	(9.478)
Saldo a Pagar	<u>21.501</u>	<u>25.943</u>
		<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>18.232</u>
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2017		6.077
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2017		(6.077)
Pagamento de dividendos relativos a 2017		(18.232)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018		54.377
Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2018		9.478
Pagamento de dividendos mínimos intermediários relativos a 2018		(28.434)
Pagamento de dividendos adicionais intermediários relativos a 2018		(9.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>25.943</u>
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2018		8.648
Pagamento de dividendos relativos a 2018		(25.943)
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2018		(8.648)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019		33.468
Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2019		3.989
Pagamento de dividendos mínimos intermediários relativos a 2019		(11.967)
Pagamento de dividendos adicionais intermediários relativos a 2019		(3.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>21.501</u>

17.5 Dividendos adicionais propostos

Em 17 de abril de 2019, a Assembleia Geral aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 8.648. Em 12 de novembro de 2019, a Assembleia Geral aprovou o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo, relativo ao 1º semestre de 2019, no valor de R\$ 3.989. A Companhia decidiu, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 7.167, relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e classificou esses dividendos dentro do patrimônio líquido.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos adicionais propostos	11.156	18.126
Pagamento de dividendos adicionais	<u>(3.989)</u>	<u>(9.478)</u>
Total	<u>7.167</u>	<u>8.648</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS.

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos judiciais - Reman	155.072	136.150
Trabalhistas	31	31
Fiscais	242	235
Cíveis	-	54
Total	<u>155.346</u>	<u>136.470</u>

A movimentação está abaixo demonstrada:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	118.917
Atualização do honorário de êxito	8
Reversão de provisão (Trabalhistas e Cíveis)	(274)
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	12.977
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	4.842
Saldo em 31 de dezembro de 2018	136.470
Atualização do honorário de êxito	7
Reversão de provisão (Trabalhistas e Cíveis)	(548)
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	13.071
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	6.346
Saldo em 31 de dezembro de 2019	155.346

18.1 Trabalhista e cíveis

A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela CIGÁS para prestação de serviços de consolidação do projeto básico e executivo, construção, montagem, condicionamento, testes e comissionamento na rede de distribuição de gás natural e elementos de redes referentes aos ramais industriais do empreendimento intitulado de ramais industriais Aparecida Fase I da Cidade de Manaus/AM, incluindo o fornecimento de materiais e serviços. Em face da inexecução contratual por parte da referida empresa (abandono do canteiro de obras, não pagamento de funcionários e outros), a Companhia formalizou distrato do contrato, em outubro de 2012. Diante do não cumprimento das obrigações trabalhistas pela PCCM, os funcionários daquela empresa, sentindo-se lesados, moveram ações trabalhistas e cíveis, nas quais a CIGÁS fora chamada na qualidade de litisconsorte, em face

de eventual responsabilidade subsidiária a ser verificada pelo Juízo. A PCCM firmou vários acordos judiciais, mas diante do descumprimento por parte da empresa, as execuções foram redirecionadas à CIGÁS. O valor das ações trabalhistas e cíveis que a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram como provável de perda monta R\$ 31 (31 de dezembro de 2018, R\$ 85). Outros processos de natureza trabalhista foram considerados pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como possível a perda nestas causas e não constituíram provisão e que montam R\$ 1.257 (31 de dezembro de 2018, R\$ 1.288).

18.2 Honorários de êxito

A Companhia se defende de Auto de Infração movido pela Receita Federal relativos a exigência de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, referente a depósitos efetuados pela ELETROBRAS, pertinente ao Convênio ECV Nº 205/2006, os quais são considerados indevidos pela administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os consultores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do Auto, caso a Companhia obtenha êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Companhia e dos seus consultores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração constituiu provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 242 (31 de dezembro de 2018, R\$ 235).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária e cível no montante de R\$ 12.427 (2018, R\$ 13.734), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, razão pela qual não se registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

18.3 Ativos contingentes

18.3.1 Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela CIGÁS para efetuar a construção dos ramais termoelétricos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido a não entrega de tubos adquiridos pela CIGÁS. A Companhia move uma ação contra a Construtora no valor de R\$ 18.326 (em 2018, 17.565). O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores, e considerando que restou infrutífera a busca de bens em nome da empresa executada, a Companhia ingressou com medida incidental, em 2017, para desconsideração da personalidade jurídica, o que busca permitir a garantia da execução utilizando-se dos bens dos sócios, não obstante até o presente momento não foi possível a realização da citação de todos os sócios.

18.3.2 Indenização Reman

A Companhia move uma ação de indenização contra as empresas Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS REMAN no montante de R\$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da PETROBRAS para a PETROBRAS REMAN, violando o direito de exclusividade da CIGÁS para o fornecimento de gás canalizado no estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014, o Juízo da 1ª. Vara da Fazenda Pública Estadual determinou a transferência, para conta de titularidade da CIGÁS, do montante de R\$ 63.191, a título de indenização por essa aquisição direta pela PETROBRAS. O Juízo também determinou que a PETROBRAS transferisse mensalmente à CIGÁS o valor do respectivo consumo. Essas transferências vêm ocorrendo desde setembro de 2014, com base nos volumes apurados pela PETROBRAS S.A. e PETROBRAS REMAN. O montante recebido no exercício de 2019 foi de R\$ 13.071 (31 de dezembro de 2018, R\$ 12.977). Como o processo ainda é possível interposição de recurso, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Tais valores são atualizados pelo IPCA, mesmo indexador utilizado para a atualização da tarifa anual do gás térmico, considerando o volume consumido pela REMAN. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 155.072 (31 de dezembro de 2018, R\$ 136.150).

18.3.3 Depósito Judicial - R\$ 603 MM

O valor de R\$ 603 registra o depósito judicial dos valores que anteriormente estavam depositados na Conta de Pagamento, conta essa de titularidade da CIGÁS, prevista no Contrato OC 1902/2006 para administrar os fluxos de recebimento e de pagamento. A ação judicial nº 0616259-11.2015.8.04.0001 reconhece o direito da CIGÁS de utilizar os recursos depositados na referida Conta para quitação de suas obrigações contratuais. A PETROBRAS, contudo, reivindica a titularidade dos valores depositados nessa conta. Por conta dessa controvérsia, em 20 de outubro de 2017, o BANCO DO BRASIL procedeu ao depósito judicial do montante de R\$ 552.463 que se encontrava na Conta em comento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 603.190 (31 de dezembro de 2018, R\$ 578.557).

19. RECEITA LÍQUIDA

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receita Bruta</u>		
Receita com venda	2.451.579	2.580.225
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay, margem e PRME	254.903	1.043.620
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 2.13.1)	18.688	16.722
Total da Receita	<u>2.725.170</u>	<u>3.640.568</u>
<u>(-) Deduções</u>		
PIS sobre vendas	(44.657)	(59.793)
COFINS sobre vendas	(205.693)	(275.412)
ICMS sobre vendas	-	-
Total das deduções	<u>(250.350)</u>	<u>(335.206)</u>
Receita Líquida	<u><u>2.474.821</u></u>	<u><u>3.305.362</u></u>

20. COMPROMISSOS

Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide notas explicativas nº 6 e 12.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta-se a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo do gás vendido	(2.119.304)	(2.216.501)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 2.9.1)	(18.688)	(16.722)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay / PRME	(213.424)	(932.172)
Amortização do intangível, arrendamento e do diferido	(11.091)	(10.440)
Despesas com pessoal	(18.962)	(19.411)
Serviços de terceiros	(2.214)	(1.818)
Aluguéis	(845)	(379)
Despesas gerais	(4.679)	(3249)
Perdas de ativo imobilizado (Intangível)	(630)	(509)
Perdas no Recebimento de Créditos	(6.951)	-
Serviços públicos	(537)	(412)
Viagens	(595)	(669)
Material de uso e consumo	(370)	(424)
Impostos e taxas	(727)	(828)
Outros	(871)	(741)
Total	<u><u>(2.399.889)</u></u>	<u><u>(3.204.274)</u></u>
 Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(3.158.259)	(3.158.259)
Custo dos serviços de construção	(16.722)	(16.722)
Despesas gerais e administrativas	(28.552)	(28.552)
Outras receitas (despesas)	(741)	(741)
Total	<u><u>(3.204.274)</u></u>	<u><u>(3.204.274)</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Receitas Financeiras</u>	2019	2018
Receita por recebimento em atraso	141.722	289.913
Rendimento de aplicação financeira	12.429	11.818
PIS/COFINS sobre receita financeira	(8.331)	(15.370)
Receita atualização Ação PB	24.633	26.095
Outras receitas financeiras	381	2.713
Total de receitas financeiras	<u>170.833</u>	<u>315.169</u>
<u>Despesa Financeira</u>		
Juros por pagamento em atraso	(135.812)	(266.199)
Encargos Eletrobras	(7.586)	(6.684)
Encargos Remam	(5.851)	(4.842)
Encargos Ação PB	(24.633)	(26.095)
Outras despesas financeiras	(668)	(94)
Total de despesas financeiras	<u>(174.551)</u>	<u>(303.913)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(3.718)</u>	<u>11.255</u>

A receita por recebimento em atraso e os juros por pagamento em atraso referem-se basicamente ao reconhecimento de juros, no período de janeiro a junho/2019, pelo não recebimento no prazo das faturas emitidas para o cliente Amazonas Energia. Assim como pelo não pagamento das faturas do fornecedor PETROBRAS relativa à operação conexa de compra e venda de gás, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 5, 6, 11 e 12.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

23.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24.722 (1)	18.917
Provisão para perda de crédito - Processo LJA	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	1.714	1.494
Total das provisões temporárias	<u>35.747</u>	<u>29.721</u>
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Impostos de renda e Contribuição Social diferidos sobre provisões temporárias	<u>12.154</u>	<u>10.105</u>

(1) Refere-se aos valores que compõem a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo sendo: R\$ 24.448 relativo à atualização do saldo do processo Reman; R\$ 242 relativo a honorários de êxito advocatícios do auto de infração de impostos federais, sobre os aportes do Convênio e R\$ 31 relativo a contingências trabalhistas. Vide nota explicativa nº 18.

Passivos

<u>Imposto diferidos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS E COFINS (A)	567.801	754.954
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	57.119	78.446
IRPJ e CSLL sobre ajustes Lei 12.973/14 (B)	2.449	2.181
Total	<u>627.369</u>	<u>835.581</u>
(-) Ativo	<u>(12.154)</u>	<u>(10.105)</u>
Imposto diferido líquido	<u>615.215</u>	<u>825.476</u>

(A) A Companhia constituiu provisão de tributos diferidos calculados sobre os lucros e receita não realizados nas operações de distribuição de gás para o segmento térmico, de acordo com o artigo no 480 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 e com a lei nº 10.833/03, respectivamente.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativas a ajustes oriundos da adoção inicial da lei nº 12.973 (RTT – Regime Tributário de Transição), a qual será refletida nas apurações do lucro tributável até o final da concessão. O ajuste foi relativo à diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, conforme nota explicativa nº 9.

Na constituição dos tributos diferidos ativos e passivos, foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros) e a alíquota incentivada de 15,25% para aqueles que afetam tanto o lucro real quanto o lucro da exploração.

Efeitos no Demonstrativo de Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo	2.049	1.574
Constituição/reversão de imposto de renda e contribuição social passivos	<u>21.059</u>	<u>(2.351)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	23.108	(777)

A variação 2019 vs 2018 refere-se a reversão (recolhimento) das provisões em razão da liquidação das parcelas da CCD 2014, ICD 2018 e Aditivo ICD 2018. Assim como, a adimplência do segmento térmico, reduziu a necessidade de constituição de novas provisões.

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a composição do imposto de renda e da contribuição social:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.214	112.343
Alíquotas normais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(24.213)	(38.197)
Incentivo fiscal do lucro da exploração	12.509	13.827
Outros		2.900
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(11.704)	(21.470)

24. PARTES RELACIONADAS

24.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é representada abaixo:

Descrição	2019	2018
Honorários e encargos sociais	1.636	1.475

25. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros firmados pela Companhia:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
Responsabilidade cível de administradores	10.000	13/06/2020
Responsabilidade cível geral	25.000	09/06/2020
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	75.241	11/06/2020

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais levando, a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia, inerentes ao mercado segmento de gás natural, a mesma concentra mais de 96,31% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Geração e Transmissão Energia (AmeGT) para suprimento de gás para 12 termoeletricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

31 de dezembro de 2018	A vencer	Vencido (dias)				Total
		0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	
Fornecedores e		0	0	0	2.530.603	2.530.603
Outras contas a pagar						
Confissão de dívida - CCD (*)	2.439.063	0	0	0	0	2.439.063
Convênio Eletrobras	14.497	0	0	0	136.897	151.395
Total	2.453.561	0	0	0	7.667.501	5.121.061

(*) Conforme notas explicativas nº 5.1 e 5.2, o crédito relativo à CCD foi cedido pela Cigás à Petrobras, por força contratual o saldo devedor será quitado diretamente pela Amazonas Energia para a Petrobras.

Conforme notas explicativas nº 1, 5, 6, 11 e 12, devido às características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termoelétricas, o contrato de compra e venda de gás é conexo ao contrato de fornecimento de gás. Os valores a pagar à PETROBRAS estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Energia e da AmeGT, conforme previsão contratual, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da AmeGT pela CIGÁS são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independente da realização de instrumento específico.

A PETROBRAS ajuizou ação de cobrança em face da CIGÁS na comarca do Rio de Janeiro em que pugna pelo pagamento do montante de R\$ 4.208, referente a encargos pelo suposto pagamento de nota fiscal em atraso e inadimplemento parcial pertinente ao volume de gás fornecido nos meses de outubro e novembro de 2010 para abastecimento das UTE's Jaraquí e Tambaquí. Em 23 de maio de 2017, a CIGÁS apresentou contestação refutando os argumentos da PETROBRAS e requerendo a improcedência do pedido. O processo encontra-se pendente de julgamento na primeira instância.

e) Gestão do risco de capital

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida de convênio	51.576 ⁽¹⁾	136.897 ⁽²⁾
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	<u>(202.627)</u>	<u>(232.235)</u>
Dívida líquida	(151.051)	(95.337)
Patrimônio líquido	176.770	162.735
Índice de alavancagem financeira - %	-85%	-59%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17).

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota Explicativa	2019	2018
Contabilização de reservas	17.1	12.509	13.827
Provisão para pagamento de dividendos	17.4	21.501	25.943

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

29. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e encaminharam para aprovação da Assembleia Geral.

Manaus, 05 de março de 2020.







cigas

FT-001B
CAT III

